

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES  
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO  
2011 / 2012**



**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL**

**Linhas de continuidade nos períodos de decadência em Portugal:  
O papel das Forças Armadas**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.

***CARLOS FILIPE NUNES LOBÃO DIAS AFONSO  
MAJ INF***



## **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**Linhas de continuidade nos períodos de decadência em Portugal:**

**O papel das Forças Armadas**

**CARLOS FILIPE NUNES LOBÃO DIAS AFONSO  
MAJ INF**

**Trabalho de Investigação Individual do  
Curso de Estado-Maior Conjunto 2011/2012**

**Lisboa – 2012**



## **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

### **Linhas de continuidade nos períodos de decadência em Portugal: O papel das Forças Armadas**

**CARLOS FILIPE NUNES LOBÃO DIAS AFONSO  
MAJ INF**

**Trabalho de Investigação Individual do  
Curso de Estado-Maior Conjunto 2011/2012**

**Orientador:  
TCOR INF ABÍLIO AUGUSTO PIRES LOUSADA**

**Lisboa – 2012**

## **Agradecimentos**

O primeiro agradecimento pessoal é dirigido ao meu orientador, Tenente-Coronel Abílio Pires Lousada, pela amizade, pela confiança em mim depositada e, acima de tudo, por me ter ensinado que a chave para o estudo da História consiste na busca constante e persistente da resposta para os quatro fatores: “quem, o quê, como e para quê”.

Gostaria também de agradecer ao Primeiro-Tenente Carlos Baptista Valentim, pelo inestimável apoio prestado e documentação fornecida, no âmbito da História da Marinha Portuguesa.

Aos meus companheiros do Curso de Estado-Maior Conjunto, dos três Ramos das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana que, dia após dia, reforçam em mim a convicção de que “juntos somos mais”.

Aos meus pais, Abílio e Maria Luísa, exemplos de serenidade, sensatez e dedicação, que tudo fizeram para que os seus três filhos pudessem “voar com asas próprias” e cuja presença e apoio permanentes em muito facilitaram a tarefa deste último ano e meio.

Finalmente, à Rita, que aceitou incondicionalmente partilhar comigo o peso e vicissitudes que a missão militar impõe e ao Tiago, a quem nada foi perguntado sobre a dedicação ao serviço, mas que, na generosidade dos seus seis anos, aceita pacientemente as minhas ausências e me pergunta se preciso de ajuda nos meus trabalhos.

## Índice

### Índice de Texto

Agradecimentos .....	I
Índice .....	II
Resumo .....	IV
Abstract.....	V
Palavras-chave .....	VI
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos .....	VII
Introdução.....	1
a. Perspetiva de Estudo .....	2
b. Modelo Conceptual .....	3
1. Identificação dos Períodos de Decadência .....	9
2. Da transição da Monarquia para a República: 1890 – 1910.....	13
a. Conjuntura Política .....	13
b. Conjuntura Económica .....	14
c. Conjuntura Social .....	15
d. O papel das Forças Armadas – Dimensão estratégica.....	16
e. O papel das Forças Armadas – Dimensão sociológica.....	20
3. A “Nova República Velha”: 1919 – 1926 .....	24
a. Conjuntura Política .....	24
b. Conjuntura Económica .....	25
c. Conjuntura Social .....	26
d. O papel das Forças Armadas – Dimensão estratégica.....	27
e. O papel das Forças Armadas – Dimensão sociológica.....	30
4. O Estado Novo do período de Marcello Caetano: 1968 – 1974.....	33
a. Conjuntura Política .....	33
b. Conjuntura Económica .....	34

c. Conjuntura Social .....	35
d. O papel das Forças Armadas – Dimensão estratégica.....	36
e. O papel das Forças Armadas – Dimensão sociológica.....	38
5. Linhas de continuidade e o papel das Forças Armadas .....	41
a. Linhas de continuidade nos períodos de decadência .....	41
b. Características constantes no papel das Forças Armadas.....	43
c. Relação entre as linhas de continuidade nos períodos de decadência e o papel das Forças Armadas .....	47
Conclusões.....	50
Bibliografia.....	54

### **Índice de Figuras**

Figura 1: Fatores do conceito de decadência.....	5
Figura 2: Dimensões em análise na conjuntura de cada período de decadência .....	5

### **Índice de Tabelas**

Tabela 1: Dimensões Política, Económica e Social da Conjuntura.....	6
Tabela 2: Dimensão Estratégica das FA.....	8
Tabela 3: Dimensão Sociológica das FA.....	8

### **Índice de Apêndices**

Apêndice 1 - Corpo de Conceitos.....	1-1
Apêndice 2 - Linhas de Continuidade nas conjunturas Política, Económica e Social .....	2-1
Apêndice 3 - Características constantes no Papel das Forças Armadas e relação com a Conjuntura Política, Económica e Social .....	3-1

## Resumo

Nos últimos dois séculos, Portugal viveu períodos de prosperidade e evolução, mas também períodos de decadência. O presente trabalho observa três períodos de decadência nacional e as Forças Armadas Portuguesas sob uma perspectiva multidimensional, a fim de identificar o papel que estas desempenharam, face à projeção do poder do Estado e face à relação com a sociedade.

O procedimento metodológico efetuado cumpriu quatro passos: i) definição de um quadro concetual, ii) investigação histórica, iii) análise e iv) síntese. O percurso permitiu identificar linhas de continuidade nos períodos de decadência em Portugal e as características constantes no papel desempenhado pelas Forças Armadas nos mesmos períodos. Estes dados foram, depois, relacionados entre si, de modo a obter a resposta sobre qual o papel das Forças Armadas em períodos de decadência em Portugal.

Pôde, então, identificar-se um conjunto de características constantes no papel das Forças Armadas diretamente relacionadas com linhas de continuidade detetadas nos períodos de decadência, nomeadamente no âmbito da política externa, interna e da economia. Foi também possível verificar que existem outras características constantes da Instituição Militar, nomeadamente as relacionadas com o *ethos* e com o emprego operacional, que não parecem ter uma relação direta com contexto de decadência.

## **Abstract**

During the last two centuries, Portugal lived periods of wealth and evolution, but also crossed periods of decay. This study observes three periods of national decay in Portugal and the Portuguese Armed Forces under a multidimensional perspective, with the purpose of identifying their role, related to the power projection by the State and their relationship with the Portuguese society.

The methodological procedure was performed in four steps: i) definition of a conceptual board, ii) historical research, iii) analysis and iv) synthesis. This allowed the identification of the lines of continuity in the periods of decay and the constant characteristics of the Armed Forces role along the same periods. Both data were afterwards related between each other in order to obtain the answer on the Armed Forces role during the periods of decay in Portugal.

It was possible to identify some constant characteristics concerning the Armed Forces role that are directly related to the lines of continuity detected in the periods of decay, namely those linked to the foreign and internal politics and economy. It was also possible to identify that there are some other constant characteristics in the Military Institution, related to the *ethos* and operational employment, which seem not having a direct relation with the decadence juncture.

## **Palavras-chave**

Caraterísticas constantes

*Ethos* militar

Linhas de continuidade

Papel das Forças Armadas

Períodos de decadência

Relação Civil-Militar

## **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

- 1Ten:** Primeiro-tenente
- AFA:** Academia da Força Aérea
- AM:** Academia Militar
- AN:** Assembleia Nacional
- Cap:** Capitão
- CE:** Conjuntura Económica
- CEE:** Comunidade Económica Europeia
- CEP:** Corpo Expedicionário Português
- CFr:** Capitão de Fragata
- CGD:** Caixa Geral de Depósitos
- CMG:** Capitão de Mar-e-Guerra
- CP:** Conjuntura Política
- CS:** Conjuntura Social
- CSNU:** Conselho de Segurança das Nações Unidas
- CTen:** Capitão-tenente
- DN:** Defesa Nacional
- EE:** Escola do Exército
- EE<sup>1</sup>:** Estratégia Estrutural
- EG:** Estratégia Genética
- EM:** Estado-maior
- EO:** Estratégia Operacional
- EP:** Exército Português
- EUA:** Estados Unidos da América
- FA:** Forças Armadas
- FAP:** Força Aérea Portuguesa
- GG:** Grande Guerra
- GEDOC:** Grupo de Estudos e Documentação
- GNR:** Guarda Nacional Republicana
- IAEM:** Instituto de Altos Estudos Militares
- IM:** Instituição Militar

---

<sup>1</sup> Não existe confusão entre as duas siglas, dado que são sempre referidas em contextos específicos, que as distinguem claramente.

**Maj:** Major  
**MFA:** Movimento das Forças Armadas  
**MP:** Marinha Portuguesa  
**NATO:** *North Atlantic Treaty Organization*  
**NEP:** Norma de Execução Permanente  
**NRP:** Navio da República Portuguesa  
**OM:** Organização Militar  
**PAIGC:** Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde  
**PCP:** Partido Comunista Português  
**PD:** Partido Democrático  
**PD<sup>2</sup>:** Pergunta derivada  
**PIB:** Produto Interno Bruto  
**PM:** Profissão Militar  
**PP:** Pergunta de partida  
**PR:** Presidente da República  
**PRP:** Partido Republicano Português  
**QEO:** Quadro Especial de Oficiais  
**QOP:** Quadro Orgânico de Pessoal  
**QP:** Quadro Permanente  
**RCM:** Relação Civil-Militar  
**RFA:** República Federal da Alemanha  
**RI:** Relações Internacionais  
**SDN:** Sociedade das Nações  
**SI:** Sistema Internacional  
**SPI:** Sistema Político Internacional  
**TCor:** Tenente-coronel  
**URSS:** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

---

<sup>2</sup> Não existe confusão entre as duas siglas, dado que são sempre referidas em contextos específicos, que as distinguem claramente.

## **Introdução**

Nos últimos dois séculos, Portugal conheceu períodos de prosperidade e estabilidade, mas também períodos de mudança, resultantes de processos de modificação, negação, supressão ou substituição, que só são percecionáveis através de sintomas. Estes processos configuram, no dizer de Jorge Riezu, períodos de decadência (Riezu, 2011, p.58).

O presente trabalho tem como objeto o papel das Forças Armadas (FA) face ao contexto de decadência. Como objetivo geral, pretende-se verificar a existência de caraterísticas constantes no papel desempenhado pelas FA Portuguesas face às linhas de continuidade em períodos de decadência ocorridos no nosso país, procurando alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as linhas de continuidade dos períodos de decadência;
- Identificar as caraterísticas constantes no papel das FA nos períodos de decadência;
- Verificar a relação entre as linhas de continuidade nos períodos de decadência e as caraterísticas constantes no papel das FA.

A relevância do estudo reside na possibilidade de transpor a temática para um qualquer outro período que apresente caraterísticas semelhantes às estudadas. A resposta sobre o papel das FA no contexto atual é complexa e arriscada, uma vez que obrigaria a uma caraterização rigorosa do período em curso, do qual não se conhecem os limites, nem se cumpre todos os requisitos para ser considerado como “de decadência”. A utilidade da investigação não é a obtenção de um modelo de comportamento das FA face à conjuntura atual, mas sim identificar linhas de continuidade entre as conjunturas de diferentes períodos do passado e relacioná-las com caraterísticas constantes no papel das FA nos mesmos períodos. Desta forma é possível efetuar uma projeção para o momento presente ou um momento futuro do comportamento de cada um dos indicadores estudados, ao inferir em que medida determinada dimensão conjuntural influencia a instituição militar (IM).

A delimitação do trabalho foi efetuada no plano temporal e no número de períodos estudados. No plano temporal, foi necessário identificar a altura a partir da qual as FA reúnem caraterísticas essenciais semelhantes às atuais. Isto materializou-se a partir do momento em que estas deixaram de servir o soberano e passaram a servir a nação, o que ocorreu a partir da Constituição de 1822. Estabeleceu-se como limite posterior o final do século XX (ano 2000), de modo a que o momento atual não fosse abrangido. Quanto ao número de períodos em estudo, foram estabelecidos três, mínimo suficiente para reduzir a

possibilidade de coincidência fortuita nas linhas de continuidade identificadas mas, ao mesmo tempo, máximo possível de analisar dado o espaço imposto ao trabalho. Ambos os aspetos são detalhados adiante, no subcapítulo consagrado ao modelo conceptual.

Para o atingir o objetivo geral, formulou-se a seguinte pergunta de partida (PP):

PP - Em Portugal, qual o papel das Forças Armadas face às linhas de continuidade em períodos de decadência?

Para os objetivos específicos, formularam-se três perguntas derivadas (PD):

PD1- Quais as linhas de continuidade nos períodos de decadência ocorridos em Portugal entre 1851 e 2000?

PD2- Que características constantes se podem encontrar no papel das Forças Armadas nos períodos de decadência estudados?

PD3- Em que medida existe relação entre as linhas de continuidade nos períodos de decadência e as características constantes no papel das Forças Armadas?

O trabalho encontra-se articulado na introdução e cinco capítulos, seguidos das conclusões, compreendendo quatro fases de investigação. A primeira fase é a da operacionalização dos conceitos e é apresentada adiante, nesta introdução. A segunda fase, da investigação histórica, abrange os capítulos 1 a 4, englobando a identificação e justificação dos períodos em estudo (capítulo 1) e a descrição das conjunturas política, económica, social e militar de cada período (capítulos 2 a 4). A terceira fase, de análise, visa obter resultados que permitam responder às PD e é apresentada no capítulo 5. Aqui proceder-se-á à identificação das linhas de continuidade nos períodos de decadência e das características constantes no papel das FA, seguindo-se a análise da relação entre ambas.

Finalmente, a síntese será apresentada nas conclusões e materializada pelas respostas às PD e, a partir destas, à PP, cumprindo os objetivos específicos e geral propostos.

Em relação à referenciação bibliográfica, seguiu-se o preconizado na Norma de Execução Permanente (NEP) 218, da Direção de Ensino do IESM, tendo-se optado pela utilização da ferramenta de referenciação incorporada no *Microsoft Word 2010*, estilo “Harvard-Anglia”.

### **a. Perspetiva de Estudo**

O objeto do presente trabalho, o papel das FA em diferentes períodos de decadência, será utilizado como ponto de partida para a perspetiva de estudo.

A utilização do termo “papel” reveste-se de uma complexidade notável e confunde-se com termos como “missão” ou “finalidade”, pelo que é imperioso o estabelecimento de

uma linha de pensamento. As FA desempenham um papel de projeção de poder militar do Estado encontrando-nos, aqui, no campo da Estratégia, mas desempenham igualmente um papel face à sociedade do seu tempo, passando, agora, para o campo da Sociologia.

Se, no plano estratégico, existem referências sólidas, recorrentemente trabalhadas dentro das próprias FA, desde Beaufre (1963), passando por Cabral Couto (1987 e 2007), até aos dias de hoje com inúmeros autores, já no plano sociológico os estudos elaborados não abundam. Em 1985, Maria Carrilho afirmava não existirem estudos de caráter histórico sobre o papel sociológico dos militares (Carrilho, 1985, p.67). Desde então até agora, os estudos de Medeiros Ferreira (1996) e Maria Baltazar (2005), entre outros, constituem-se como referências incontornáveis nesta matéria.

A perspetiva de estudo é, por conseguinte, multidisciplinar, socorrendo-se fundamentalmente da Estratégia, da Sociologia e da História.

A Estratégia Militar, enquanto uma das estratégias gerais do Estado, permite perceber a forma como, em relação à IM, foram gerados, estruturados e utilizados os recursos na prossecução dos objetivos de Portugal nos diferentes períodos de decadência.

A Sociologia ocupa-se das correlações entre os fenómenos sociais, identificando o que é uniforme e repetível.

A História fornece a informação necessária para a reconstrução documentada dos acontecimentos que são, no espaço e no tempo, únicos, mas que podem ser agrupados, pela Sociologia, segundo critérios de uniformidade (Carrilho, 1985, p.68).

## **b. Modelo Conceptual**

O percurso metodológico descrito implica a utilização recorrente dos conceitos de *Decadência* e de *Papel das Forças Armadas*. Importa, pois, delimitar cada um e estabelecer a forma como se vão relacionar no contexto do presente trabalho.

### *Decadência*

Não existe uma definição universalmente tipificada em relação ao conceito de decadência. Este é utilizado no Ocidente, já desde a antiguidade, para designar períodos de declínio nas artes, na ordem social, política ou noutras realidades. Ao longo das diferentes épocas, inúmeros pensadores procuraram descrever o fenómeno, assinalando as suas circunstâncias e causas. É ao longo dos séculos XIX e XX que se multiplicam as abordagens a esta temática, levadas a cabo por autores como Nietzsche, Freud, Spengler, Mannheim, Ortega y Gasset, Unamuno, Todorov, e Adorno, entre outros. Quase todos os

autores se referem à decadência como um fenómeno natural e sempre presente, embora com ocorrência de períodos em que as manifestações são mais intensas. É, portanto, através da distinção dos diferentes níveis de intensidade do fenómeno que se obtêm os “períodos de decadência”, como sendo aqueles em que esta se manifesta com mais intensidade (Riezu, 2011, pp.12-13).

Spengler, debruçando-se sobre a decadência civilizacional, logra delimitar um período de maior aceleração no lugar e no tempo, refletindo expressamente sobre a “Decadência do Ocidente” (Spengler & Morente, 1998, p.28).

Para Arthur Herman, a ideia de decadência consiste numa teoria acerca da natureza e do sentido do tempo, numa perspetiva semelhante à ideia de progresso. Ambas são faces de uma mesma moeda, pois toda a teoria de progresso tem uma teoria de decadência a contrapô-la (Herman, 1997, p.23).

Adotar-se-á a abordagem que preconiza que, em todo o tempo está presente e ativo o princípio de decadência, mas há períodos em que esta sofre brusca aceleração. Nestes períodos, a decadência traduz-se, de forma mais ou menos explícita e clara, através de afirmações e negações em relação aos valores e comportamentos (crise de valores) que é alvo de reflexão crítica, predominantemente ou exclusivamente, por parte dos intelectuais (Riezu, 2011, pp.60-61). Ao longo das épocas históricas e dos contextos sociais, apresenta sintomas ou causas que podem ser de diversa ordem, pelo que não é fácil estabelecer um leque de sintomas rigorosos cuja presença, em simultâneo, configure um quadro de decadência. No entanto, Riezu referencia aspetos constantes ao longo da História, nestes períodos:

- A ocorrência de conflitos ou crises, qualquer que seja a sua ordem (desde crises económicas a guerras);

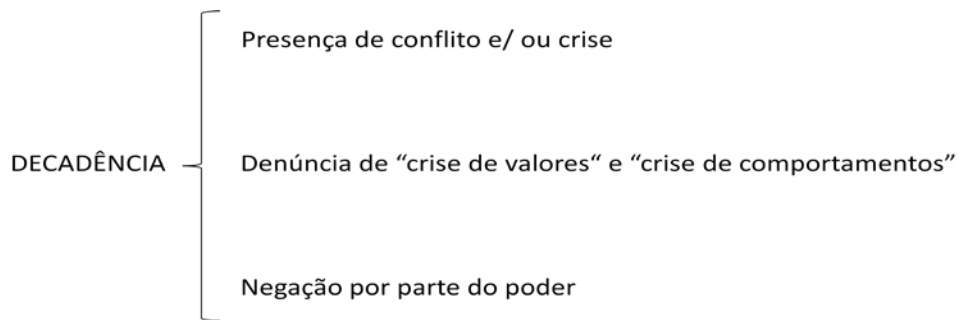
- A denúncia clara por parte dos intelectuais, referindo-se especificamente a “crise de valores” e “crise de comportamentos”, resultando, frequentemente, no seu afastamento da vida pública, induzido pelos dos restantes setores da sociedade<sup>1</sup>;

- A negação da situação por parte dos detentores do poder.

Por conseguinte, na identificação dos períodos de decadência em Portugal, procurou-se encontrar a presença destes três fatores, em simultâneo, como indicador seguro.

---

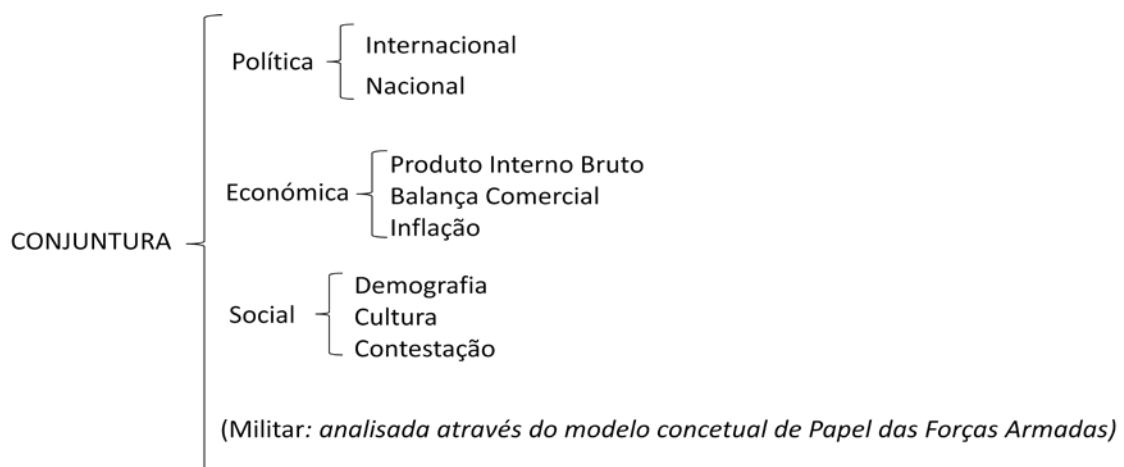
<sup>1</sup> Em certas circunstâncias o papel dos intelectuais pode ser desempenhado pela imprensa.



**Figura 1: Fatores do conceito de decadência**

### *Conjuntura*

Identificadas as condições necessárias para indicar que se está na presença de um período de decadência, interessa agora operacionalizar a caracterização desse período ou, por outras palavras, a descrição da conjuntura vivida. O modelo escolhido é o preconizado no “Método Geopolítico Alargado” através dos fatores de poder do Estado enunciados por Freire Nogueira: económicos e infraestruturais; sociais; políticos; militares e de segurança (Nogueira, 2011, p.298) que, abreviadamente, designaremos por económicos, sociais, políticos e militares, e que constituem as dimensões da conjuntura em análise.



**Figura 2: Dimensões em análise na conjuntura de cada período de decadência**

Cada dimensão é observada sob alguns dos seus indicadores mais expressivos, permitindo estabelecer comparação com o comportamento dos mesmos indicadores em períodos diferentes.

**Tabela 1: Dimensões Política, Económica e Social da Conjuntura**

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>
Política	Política Internacional	Situação vivida em cada período no que respeita aos principais atores do Sistema Político Internacional (SPI) que interagem com Portugal e política externa portuguesa.
	Política Nacional	Situação das entidades políticas nacionais, quer do lado do Governo, quer das oposições, incluindo-se ainda as linhas de força políticas seguidas.
Económica	Produto Interno Bruto (PIB)	Situação do país no que respeita à produção anual de bens e serviços finais comparada com um mesmo grupo de países.
	Balança Comercial	Importações, exportações, dívida interna e externa.
	Inflação	Poder de compra dos cidadãos.
Social	Demografia	Densidade, distribuição geográfica e emigração.
	Cultura e Educação	Níveis de literacia, modo de vida e manifestações culturais.
	Contestação	Manifestações públicas dos setores sociais resultantes da conjuntura.

### *Papel das Forças Armadas*

Ao contrário do ocorrido com o conceito de “decadência”, onde não existe uma definição tangível universalmente aceite, em relação às FA encontramos uma diversidade de definições. Esta diversidade prende-se fundamentalmente com dois aspetos: a época histórica a que se refere e a área de estudos que a aborda. Considerando o objetivo da presente investigação, importa, pois, encontrar uma definição de FA que permaneça válida ao longo de tempo suficiente para que possam ser abrangidos vários períodos de decadência, que possibilite o tratamento do conjunto da IM, independentemente das diferentes formas organizativas que tomou nos últimos 120 anos<sup>2</sup> e que seja expressiva quer da perspetiva do emprego da Força, quer do impacto que a existência da Força tem na sociedade portuguesa.

No contexto do presente trabalho, adotar-se-á a seguinte definição de FA:

“Organização social complexa e profissional orientada sistematicamente para a preparação da guerra, em contraposição à mobilização esporádica de força, que só se torna possível com a economia monetária, a centralização do poder no Estado, a Revolução Industrial, a racionalidade administrativa baseada no mérito e não em critérios de sangue ou casta e a correspondente mudança nas relações sociais” (Baltazar, 2005, p.50).

De acordo com o exposto, as Forças Armadas Portuguesas começam a existir a partir do momento em que o instrumento militar corresponde a todas as premissas do conceito. Esse momento encontra-se a partir da Constituição de 1822, que estabelece a força militar

<sup>2</sup> Desde a coexistência da Marinha com “dois Exércitos”, um metropolitano e um ultramarino, ao surgimento da designação explícita de Forças Armadas e até ao surgimento do terceiro Ramo, a Força Aérea, em 1952.

“permanente e nacional com a finalidade de garantir a defesa de Portugal, subordinada ao interesse nacional” (Amaral, 2010, p.Art.º 113º a 117º). Uma vez que se trata de uma base concetual, somos forçados a admitir que, desde o início da Monarquia Constitucional, o instrumento militar corresponde a todas as condições da definição do conceito. No entanto, é sabido que, pelo menos até ao início da Regeneração, em 1851, a instabilidade em Portugal levou a que, não raras vezes, as FA não correspondessem a algumas das premissas especificadas<sup>3</sup>.

O papel das FA nos períodos de decadência é encarado na perspectiva da conjuntura militar, dando continuidade ao modelo de análise conjuntural utilizado no presente trabalho. Se, por um lado, interessa perceber a forma como o Estado Constitucional desenvolveu a aplicação da força, por outro lado é fundamental perceber como ocorreu, no mesmo período, a interação dos militares com os portugueses, no plano interno. Por conseguinte, o conceito de “Papel das FA” será analisado sob as duas dimensões estratégica e sociológica. Em ambas é fundamental a definição clara de indicadores, pois é a partir das semelhanças e diferenças encontradas entre estes últimos, em diferentes períodos de decadência, que se obtêm as características constantes no papel das FA.



**Figura 3: Conceito de Papel das FA, dimensões, subdimensões e indicadores**

<sup>3</sup> Entre 1822 e o “Pronunciamento Militar” da Regeneração, em 1851, viveram-se três décadas de grandes convulsões, com períodos de vigência liberal alterados com vigência absolutista, incluindo duas guerras civis (1832-1834 e 1846) (Ramos et al., 2009, pp.858-59). Por conseguinte, só é possível considerar que as condições para a prossecução do estudo estão presentes após o início do período conhecido como “Regeneração”.

A dimensão estratégica foi obtida através do preconizado em Cabral Couto em relação ao desenvolvimento e aplicação da força, dividindo-a nas subdimensões Operacional, Genética e Estrutural (Couto, 1987, p.230). Cada uma delas é analisada por intermédio de indicadores específicos, patentes na tabela:

**Tabela 2: Dimensão Estratégica das FA**

<b>Subdimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>
Operacional	Emprego de Forças no Plano Externo	Intervenções militares no cumprimento de orientações estratégicas ou operacionais do Estado.
	Emprego de Forças no Plano Interno	
Genética	Invenção e Construção	Produção nacional de novos meios
	Obtenção	Aquisição no estrangeiro de novos meios
Estrutural	Dispositivo	Recursos humanos e articulação das forças
	Transformação	Reorganização do dispositivo no período

A análise da dimensão sociológica segue o conceito sociológico das FA, preconizado por Maria Carrilho<sup>4</sup>, dividindo-a nas três subdimensões: “Organização Militar”, “Profissão Militar” e “Relação Civil-Militar” (Carrilho, 1985, p.44)<sup>5</sup>. Cada subdimensão é analisada por intermédio de dois indicadores, de acordo com a tabela:

**Tabela 3: Dimensão Sociológica das FA**

<b>Subdimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Descrição</b>
Profissão Militar	Modelos de recrutamento	Sistema de recrutamento
	Modelos de carreira	Progressão nos ramos das FA Atividade laboral desenvolvida
Organização Militar	Coesão	Inter-relacionamento dentro da Instituição
	Subordinação	Subordinação hierárquica dentro da Instituição
Relação Civil-Militar	Relação com o poder político	Relação FA-Estado e forças políticas
	Relação com a população	Relação FA-Sociedade envolvente

<sup>4</sup> Conferir também com Baltazar, 2005, p.49.

<sup>5</sup> Maria Carrilho segue o preconizado pelos que designa de “autores mais representativos”, referindo-se a Gwyn Harries-Jenkins e Charles Moskos (Harries-Jenkins & Moskos, 1981). Em 2001, Guy L. Siebold, numa retrospectiva sobre os diferentes autores de sociologia militar, ao longo do século XX, considerava válida a taxonomia de Harries-Jenkins e Moskos, embora, pessoalmente, preferisse uma outra classificação (Siebold, 2001, p.145).

## 1. Identificação dos Períodos de Decadência

Tendo presentes os fatores do conceito de decadência, afigura-se importante, para a delimitação dos períodos, encontrar os limites temporais de início e fim. Das quatro categorias de sintomas de decadência admitidas por Riezu – modificação, negação, supressão ou substituição – as ruturas na ordem política podem enquadrar-se na última (Riezu, 2011, pp.13-18). Em certo sentido, uma rutura da ordem política é, sem dúvida, o terminar, ou pelo menos uma tentativa de terminar, um processo de decadência<sup>6</sup>. Dadas as características difusas dos sintomas de decadência, este talvez constitua o que mais seguramente indica a presença deste estado. Acresce que, na escolha dos períodos, procuraram-se os momentos de rutura em que existiu uma “confirmação nacional”, materializada pela aceitação geral da nova situação<sup>7</sup>. Posto isto, a identificação dos períodos de decadência a estudar obedeceu aos seguintes critérios:

- Cada período teve, como demarcação do final do seu processo de decadência em particular, um momento de rutura na ordem política;

- O início do período deve ser entendido como a altura em que todos os sintomas necessários estão presentes. Por conseguinte, o processo prático de delimitação consistiu em, partindo da data da rutura, recuar até a esse momento ou fase do processo. Não nos pareceu exequível encontrar uma data precisa de início (como o é para o final, dado que se trata de um momento de rutura, perfeitamente identificável) mas, mais importante do que fixar uma data exata, é identificar o período temporal em que o processo de decadência se faz sentir com intensidade;

- Os períodos de decadência escolhidos devem encontrar-se suficientemente espaçados no tempo para que os decisores intervenientes no processo não sejam os mesmos em períodos sucessivos (o que aumentaria a probabilidade da tomada de opções semelhantes);

- Devem ser estudados, pelo menos, três períodos, de modo a minimizar a possibilidade de coincidência fortuita nos indicadores obtidos.

Os períodos escolhidos foram os correspondentes à decadência dos três últimos regimes políticos que culminaram em rutura, sublinhando-se, em cada um os sintomas característicos:

---

<sup>6</sup> Ainda que, na sequência de uma rutura, se instale um sistema decadente, embora de forma diferente. De acordo com C.N. Parkinson, “a história mostra que existe uma sequência em que uma forma de governo substitui a anterior e que, cada uma, não consegue atingir a perfeição, mas sim a decadência” (Parkinson, 1958, p.9).

<sup>7</sup> A respeito da receção ou acolhimento nacional dos movimentos que estiveram na origem das ruturas, veja-se Matos, 1997, p. 418.

- Regeneração (1851-1910), cujo declínio acentuado pode ser estabelecido a partir de 1890, em que, ao ultimato inglês somado a um golpe letal nas finanças vieram juntar-se os restantes sintomas de decadência. Com efeito, neste período, designado por Veríssimo Serrão como “os piores vinte anos da história do nosso país” (Serrão, 1987, p.161), assistiu-se a uma crise económico-financeira que afastou o país do sistema padrão-ouro, redundou numa bancarrota em 1892 e obrigou a um acordo com credores externos em 1902.

A decadência era anunciada por intermédio de vozes da conhecida “Geração Nova”, que incluía Oliveira Martins, Eça de Queirós, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão e os poetas Antero de Quental e Guerra Junqueiro, entre outros. Ao mesmo tempo, o poder político, baseado na alternância de dois partidos, não negava as dificuldades económicas do país, mas mantinha-se deliberadamente “cego” quanto à degradação política, acomodado sob a proteção do rei que, por sua vez, se abrigava sob a Inglaterra.

A insurreição armada de 5 de Outubro de 1910 resultou, acima de tudo, de um quadro de decadência política que o Partido Republicano (PR) aproveitou (Serrão, 1987, p.164).

- Parlamentar Republicano (1911-1926), cujo declínio acentuado pode ser estabelecido a partir de 1919, associado ao fim do sidonismo e início da “Nova República Velha”, momento a partir do qual se identifica o claro acumular de sintomas de decadência.

Com efeito, em Portugal, em 1919, toda uma série de circunstâncias se conjuga e muda consideravelmente, devido à guerra que terminara no ano anterior: inflação, desvalorização da moeda, problemas económicos e sociais e conflitos entre gerações, que estavam a moldar uma nova ordem (Marques, 1975, p.279).

No plano intelectual, este período pautou-se pela condenação “nacionalista” que as gerações de intelectuais mais novas faziam da herança liberal vivida ao longo do século anterior. Em 1917, Almada Negreiros publicou o célebre “Manifesto Anti-Dantas”, e Fernando Pessoa declarou a “falência geral de tudo por causa de todos”, a começar pelo “resto da monarquia a apodrecer república”. Em 1921, Jaime Cortesão, Raul Proença e António Sérgio, fundaram a revista *Seara Nova* publicação que se manteve, por mais de 50 anos como crítica do regime. Esta viragem de mentalidades, que a Grande Guerra (GG) acentuou, fez com que a Renascença Portuguesa declinasse (Ramos et al., 2009, pp.602-03).

A negação por parte dos detentores do poder não esteve patente de uma forma constante, mas nos diferentes governos que se iam sucedendo. O Partido Democrático (PD)

que, por momentos perdera o controlo da situação em favor dos radicais, encarava, em 1922, a situação económica com otimismo, esperando manter uma situação de equilíbrio instável até que a prosperidade económica fizesse crescer uma forte burguesia urbana (Telo, 1980, p.213). Mesmo no estertor da 1ª República, o Governo, através do ministro António Maria da Silva, afirmava, a 27 de maio de 1926, numa entrevista ao “Diário de Lisboa”, que era de esperar uma revolta para breve, mas que os acontecimentos estavam controlados e nada havia a temer (Telo, 1984, p.179).

- Ditadura Militar, depois Estado Novo (1926-1974), cujo declínio acentuado pode ser estabelecido a partir de 1968, com a conjugação de diversos fatores externos e internos, aos quais não são alheios o prolongar da guerra de África e as revoltas estudantis, na vigência de Marcello Caetano.

Neste período, o país conhecia alguma inflação, moderada, que refletia a tendência geral da economia portuguesa, agravada pelo envolvimento na guerra de África e as dificuldades de financiamento a ela inerentes, uma crise profunda de produção na agricultura, com consequências no défice comercial português, o abrandamento do crescimento industrial, as dificuldades de financiamento da segurança social, situação que agravou, em 1973, com a quadruplicação do preço dos combustíveis (Costa et al., 2011, p.396).

O marcelismo tratou-se da tentativa tardia e frustrada de modernização do regime ditatorial e sua desagregação, devido à acumulação de tensões contraditórias (Nunes, 1994, p.306).

Os sintomas ligados aos setores intelectuais são difíceis de detetar, fundamentalmente pela tipologia do regime, em que a censura era uma constante. Por conseguinte, estes têm de ser procurados através de indícios e assumem morfologias por vezes não muito diretas. Podemos encontrá-los na revista *Seara Nova* que, em 1971, completava meio século; nos cadernos GEDOC<sup>8</sup>, editados em 1969 por dois sacerdotes, em que são abordados temas como “a crise do clero” e “a guerra colonial e a objeção de consciência”; nalguma imprensa ligada à ala liberal da Assembleia Nacional (AN), como o jornal “Expresso” que, em janeiro de 1973, aborda a problemática das eleições livres e também na imprensa estrangeira; na música de intervenção, por personalidades como José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire, José Jorge Letria e Ary dos Santos. Um outro indício

---

<sup>8</sup> Grupo de Estudos e Documentação.

ocorreu com o abandono da AN por parte de Sá Carneiro e Miller Guerra, em janeiro de 1973, ato em que foram seguidos pela maior parte da ala liberal (Nunes, 1994, pp.370-83).

O sintoma de negação por parte do poder estava permanentemente patente nas intervenções públicas das figuras do regime. Marcello Caetano, nas eleições legislativas de 1969, numa altura em que seria plausível pensar numa solução política para o conflito africano, escolheu como tema de campanha a manutenção do esforço de guerra. Em outubro de 1973, o secretário de Estado da Instrução e Cultura, Costa André, declarava que a contestação estudantil resultava de uma maquinação “planeada algures no mundo” (Nunes, 1994, p.378).

## 2. Da transição da Monarquia para a República: 1890 – 1910

*Eu creio que Portugal acabou. Só o escrever isto faz vir lágrimas aos olhos – mas para mim é quase certo que a desapareição do reino de Portugal há-de ser a grande tragédia do fim do século.*

Eça de Queirós, 1891

### a. Conjuntura Política

O período entre 1873 e 1895 tinha-se caracterizado, por uma longa e profunda estagnação económica na Europa. Este período foi designado de "Grande Depressão", caracterizou-se por uma deflação generalizada e as suas causas estão associadas ao esgotamento dos setores da Primeira Revolução Industrial e o eclodir da Segunda<sup>9</sup>. Com efeito, a partir de 1895 o velho continente retoma um período de desenvolvimento e “euforia” económicos, com uma nova geração de técnicas industriais, o surgimento do movimento operário e a concentração de capitais financeiros (Miliza, 1995, p.73).

O quadro político internacional em que Portugal se movimentava em 1890 era o de uma Europa transformada pela unificação da Itália, em 1860, e da Alemanha, na década de 1870, em que esta, vencedora da guerra franco-prussiana e recém-unificada, ascendia a primeira potência, em competição com a Grã-Bretanha (Ramos et al., 2009, p.530). De 1890 a 1907, o quadro de alianças diversifica-se. A aliança franco-russa e as questões coloniais abrem caminho às aproximações franco-inglesa, franco-italiana e anglo-russa, favorecendo o desmantelamento da Tripla Aliança e dando origem à Tripla Entente, resultando na divisão da Europa em dois blocos antagonistas (Miliza, 1995, p.8).

Até 1880, a postura estratégica de Portugal assentou na aliança com a Grã-Bretanha, servindo de estabilizador na relação Ibérica, numa época em que a vizinha Espanha vivia grandes convulsões<sup>10</sup> e em que se temia que as unificações da Itália e da Alemanha tivessem um efeito de contágio à Península Ibérica (Lousada, 2007, p.48). Em 1886, Portugal tentou reduzir a dependência da velha aliança<sup>11</sup> através do “mapa cor-de-rosa”,

---

<sup>9</sup> Marcando a transição do “vapor e caminho-de-ferro” para o “petróleo, eletricidade e automóvel”.

<sup>10</sup> A turbulência política em Espanha levou ao afastamento da monarquia em 1868 e à proclamação de uma efémera República entre 1874-75, num período de grande agitação social e problemas económicos (Lousada, 2007, p.48).

<sup>11</sup> A neutralidade britânica, desde o fim da Guerra da Crimeia, em 1854, ajudou à neutralidade portuguesa, cuja defesa assentava precisamente numa “boa política estrangeira” (Corvo, 1870, p.214).

materializado por duas convenções assinadas com a França e com a Alemanha<sup>12</sup>, mas o desiderato português de ligar Angola à contracosta com o apoio alemão acabou gorado em 1888 (Ferreira, 2006, p.15). Tanto o envolvimento germânico, como o envio de expedições portuguesas para os territórios africanos disputados acabaram por irritar a Grã-Bretanha, de tal modo que, a 11 de Janeiro de 1890, esta exigiu a retirada portuguesa, no que ficou conhecido como o “Ultimato Inglês”. A normalização das relações só se obteve em 1899 e 1906, por intermédio dos tratados de Windsor (Lousada, 2007, p.49).

No plano interno, a agitação política que se seguiu ao Ultimato gerou ondas de protesto entre 1890 e 1891 (Bonifácio, 2010, pp.118-19). A isto juntava-se uma instabilidade governativa herdada das décadas anteriores, corrupção administrativa e subversão dos mecanismos eleitorais (através das divisões dos círculos). Neste contexto, o Partido Republicano Português (PRP) ia-se afirmando como alternativa de poder (Vitorino, 1996, p.233). Dois partidos, Regenerador e Progressista, alternavam no Governo e preferiam manter a técnica da divisão que lhes garantia o poder, a defenderem a perspetiva nacional que teria salvado o regime, com a agravante da imprensa se dividir no mesmo esquema (Serrão, 1987, p.15). Os próprios partidos subdividiam-se, frequentemente, em fações antagónicas<sup>13</sup> e em 1895 entrava-se na “ditadura” de João Franco, legislando por decreto-lei, com o parlamento fechado.

Na década de 1890, os governos viviam de impostos agravados e a emissão de moeda fiduciária inconvertível, com menos dinheiro mas mais poderes para controlar a vida pública e económica. Em 1901 e 1905, os dois partidos tradicionais viveram grandes cisões internas e, em 1907, o rei D. Carlos entrou em “guerra aberta” com os políticos que tinham dominado o Governo durante o seu reinado. Em 1908, um grupo de conspiradores assassinou o rei e o príncipe real D. Luís Filipe, tendo as responsabilidades ficado por apurar.

## **b. Conjuntura Económica**

Em 1890, o PIB *per capita* português era de 47,94% em relação aos países mais desenvolvidos e, em 1910, era de 33,51%, tendo-se registado uma descida de 14,43% (Amaral, 1998, p.773).

---

<sup>12</sup> Na sequência da Conferência Internacional Africana, em Berlim, 1894-95, em que participaram 14 países incluindo Portugal e onde foi definido um novo conceito de direito colonial.

<sup>13</sup> Em 1893 o Parlamento contava com 12 fações! (Ramos et al., 2009, p.556).

Quanto à *Balança Comercial*, em 1891 o Governo de João Crisóstomo teve dificuldade em pagar os juros da dívida externa, ao mesmo tempo que as reservas de ouro do Banco de Portugal conheciam um esvaziamento rápido<sup>14</sup>. O país tinha, em relação à população, a maior dívida pública externa dos pequenos estados europeus. Vivia-se à beira da bancarrota, para a qual bastaria o consumo europeu de vinho português diminuir ou faltarem as remessas da emigração e o crédito externo. Estava-se numa crise financeira e económica que levou ao afastamento de Portugal do padrão-ouro e à produção de moeda fiduciária em grandes quantidades. Os funcionários públicos viram os seus vencimentos diminuídos por sucessivos impostos e o Estado recorreu à tributação dos juros da dívida interna, que estava nas mãos de escassos milhares de credores nacionais<sup>15</sup> (Costa et al., 2011, pp.356-59). As grandes obras públicas tinham cessado e a maior fonte de financiamento do Estado passou a ser o contrato de emissão fiduciária com o Banco de Portugal.

A década seguinte não foi melhor. Em 1900, o comércio externo representava, em Portugal, 86 francos franceses por cabeça, ao passo que a média europeia era de 196 francos (Ramos et al., 2009, p.566).

O panorama da inflação era assustador. Logo em 1891, ao utilizar moeda fiduciária e obrigar os agentes económicos a aceitá-la, o Estado criou condições para a inflação do crédito bancário, gerando uma tendência inflacionista global que se manteve, de forma continuada, durante todo o período. De facto, dos vinte anos estudados, só quatro (1893, 1899, 1903 e 1909) é que não conheceram um agravamento da percentagem inflacionada do stock monetário. Entre 1890 e 1896, o custo de vida subiu 16%. Em 1890, existiam 4,9% de notas no *stock* monetário, que correspondiam a 51,3% das reservas metálicas. Em 1910, a percentagem de notas era de 46,9%, sem qualquer correspondência em termos de reservas metálicas (Santos, 2001, p.202).

### **c. Conjuntura Social**

A população portuguesa era, em 1890, de 4,6 milhões, sendo que cerca de 30% se concentrava em Lisboa e no Porto. A partir do final da década de 1880, aumentou bruscamente o fluxo emigratório, constituído a maior parte por indivíduos do sexo masculino, sendo o Brasil o principal destino. Maria Carrilho menciona que uma das

---

<sup>14</sup> As contas públicas do ano económico de 1890-1891 foram encerradas com um défice de 11.550 contos, que correspondia a 29% do total das receitas públicas (Costa et al., 2011, p.360).

<sup>15</sup> O decreto de 13 de Fevereiro de 1892 estipulou um aumento do imposto de 3% para 30%

razões alegadas na voz corrente era a da fuga ao serviço militar (Carrilho, 1985, p.115). Mesmo assim, até ao fim da monarquia registou-se uma tendência demográfica crescente, atingindo-se, em 1910, os 5,9 milhões, fundamentalmente devida à redução da taxa de mortalidade (Serrão, 1987, p.344).

Do ponto de vista cultural, viviam-se os reflexos da europeização em várias medidas. A intelectualidade achava-se dividida entre duas correntes, uma mais ligada ao *status quo*, e outra contestando-o através das ideias republicanas, socialistas e positivistas (Vitorino, 1996, p.233). O ensino conheceu algum desenvolvimento, com destaque para o ensino técnico e profissional, assim como as medicinas preventiva e curativa (Serrão, 1987, pp.442-60). A rede de escolas primárias foi expandida e introduzido nos liceus o regime alemão de classe e ciclos de estudos, em 1895 (Ramos et al., 2009, p.567).

A crise do *Ultimatum* incrementou a consagração de heróis nacionais, na pessoa de figuras que se tinham destacado nas armas, na política, nas ciências ou letras. Foram imortalizados em estátuas e bustos numa tendência que se tornou mais expressiva na parte final da monarquia (Serrão, 1987, p.471).

A *Contestação* materializou-se no pessimismo crítico que impregnou a literatura nacional, enchendo o país de revolta, em que a crise do *Ultimatum* contribuiu para robustecer a crítica às pessoas e às instituições (Serrão, 1987, p.439). Sucederam-se períodos de desordem urbana, especialmente em Lisboa, Porto e Coimbra<sup>16</sup>, sempre com leituras políticas fortes, mas cuja relevância social era reduzida e somente utilizada pela elite governante. Em 31 de janeiro de 1891, alguns sargentos do Exército, aproveitando o descontentamento corporativo, protagonizaram uma insurreição militar no Porto, que foi contida pela Guarda Municipal. Em 28 de janeiro de 1908, alguns republicanos tentaram um levantamento militar em Lisboa, igualmente sem sucesso (Ramos et al., 2009, pp.552-72).

A Universidade de Coimbra refletiu, no seu funcionamento, o grave confronto político, com várias manifestações estudantis que levaram, por várias vezes, à interrupção das aulas, sendo a crise de 1907 a mais grave do período (Serrão, 1987, p.442).

#### **d. O papel das Forças Armadas – Dimensão estratégica**

No que respeita à *Estratégia Operacional*, no plano externo e no rescaldo do “mapa cor-de-rosa”, os militares portugueses estiveram envolvidos numa primeira guerra em larga

---

<sup>16</sup> Em Março de 1903 houve motins em Coimbra contra a subida dos impostos (Ramos et al., 2009, p.567).

escala, em África, na Ásia e Oceânia, entre 1894 e 1907, em que os resultados oscilaram entre o heroico e o catastrófico (Ramos et al., 2009, p.563).

Se, no caso do Exército, grande parte do efetivo empenhado eram soldados indígenas, já a Marinha representou, nesta altura, o maior contingente militar europeu em África, onde mantinha mais de dois terços do seu efetivo em pessoal e a quase totalidade dos meios (Pereira, 2010, p.390). Esteve presente em Angola e Moçambique, enviou meios para responder aos acontecimentos na Guiné e em São Tomé (1890), Timor (1889, 1893 e 1895) e Macau (1880, 1884). Em 1893 deslocaram-se navios para proteger os portugueses residentes no Rio de Janeiro, quando da revolta da esquadra brasileira; para Tânger foram enviados navios em 1897 e também para o Sião, em 1890, onde foi necessário socorrer o cônsul e os comerciantes portugueses, sendo utilizada uma canhoneira (Pereira, 2010, p.385).

No plano interno, a Marinha desempenhava tarefas relativas à fiscalização, ao mesmo tempo que garantia a defesa, pelo lado do oceano, do campo entrincheirado de Lisboa (Telo, 2004, p.365). Data de 1892 o Regulamento-geral das Capitânias, que estabelece as competências dos capitães de Porto (Matos, 2004b, p.180) tendo-se também impulsionado a investigação oceanográfica, entre 1897 e 1902 (Pereira, 2010, p.400).

O Exército, além da defesa territorial, tinha um papel na segurança interna, no policiamento das zonas rurais, de feiras e procissões. (Carrilho, 1985, p.213). Não há, no entanto, registo de intervenção em defesa do Regime, nas duas mais significativas tentativas de rutura, em 1891 e 1908.

No âmbito da *Estratégia Genética*, o ultimato inglês vem reacender uma chama de patriotismo que se propaga à indústria militar. A Marinha tinha uma frota reduzida e obsoleta, situação que, recorrentemente, se procurou corrigir, sem, no entanto, se alcançar a condição almejada, mas o Exército logrou, no mesmo período, uma atualização dos meios, destacando-se o armamento ligeiro e a artilharia (Carrilho, 1985, p.180).

No indicador *Invenção e Construção*, surgem algumas inovações tecnológicas com assinatura portuguesa, como a pólvora sem fumo do capitão Correia Barreto (1898) e a culatra Vergueiro (1904). Tiveram um papel importante os arsenais da Marinha e do Exército<sup>17</sup>. Em 1896, o Ministro da Marinha, conselheiro Jacinto Cândido da Silva, dá início à modernização da Marinha, com a construção de uma nova esquadra. Adquirem-se modernos navios de aço e propulsão exclusivamente mecânica, de que se destacam cinco

---

<sup>17</sup> Extinto em 1869, é reativado em 1899, no âmbito da reorganização militar (Carrilho, 1985, p.120).

cruzadores, entre os quais, o “Rainha D. Amélia” que foi construído inteiramente no Arsenal e lançado ainda em 1899 (Pereira, 2010, p.395). Ao mesmo tempo que o esforço genético era efetuado na aproximação às marinhas de guerra europeias, as operações de pacificação em África em curso levaram a que, entre 1891 e 1896, se construíssem mais lanchas-canhoneiras, para utilização nos rios do Ultramar, transformando a política naval portuguesa do final do século na “*diplomacia da canhoneira*”. Até 1910 foram adquiridas 37 canhoneiras, das quais as últimas seis, construídas depois de 1896, são de casco de aço e exclusivamente a motor<sup>18</sup> (Pereira, 2010, pp.366-367 e 384).

No indicador *Obtenção*, verificou-se o recurso aos países europeus. Dos cinco cruzadores que constituíram a frota, quatro foram adquiridos no estrangeiro, dois em França, um em Itália e um na Grã-Bretanha (Bobroff, n.d.). Em 17 de Junho de 1910 assinou-se, em Itália, o contrato para o primeiro submersível português. (Pereira, 2010, p.396 e 405).

Em 1886 entrava ao serviço do Exército a espingarda austríaca *Kropatschek* e, em 1904, foram adquiridas à Alemanha 100 000 espingardas *Mauser*, no maior contrato de aquisição do Exército até então que, com uma modificação técnica nacional à culatra, passaram a ser designadas por *Mauser-Vergueiro* (Pinto, 2010). A estas armas ligeiras juntavam-se 36 baterias de artilharia de campanha e respetivas munições (Carrilho, 1985, p.119).

No âmbito da *Estratégia Estrutural*, indicador *Dispositivo*, coexistiam “duas marinhas”, uma para defesa de Metrópole e outra, mais numerosa, para defesa do Império, situação que se manteria durante mais de um século, até 1975 (Pereira, 2010, p.369). A componente terrestre também dispunha de “dois exércitos”, formalizados a partir de 1895, com objetivos estratégicos e organização diferentes, um metropolitano e um colonial.

Na Metrópole, a Marinha dispunha do seu Arsenal e base naval em Lisboa e, com o Ministro Teixeira de Sousa, começou a instalar-se a Escola Prática de Serviços e Torpedos Navais no Vale de Zebro (Serrão, 1987, p.330). As guarnições do Exército seguiam o princípio de abrangência territorial, havendo, em 1895, quartéis–gerais de Brigada em Lisboa, Viseu, Guarda, Porto, Braga, Vila Real, Abrantes, Faro e Estremoz (Serrão, 1987, p.324).

---

<sup>18</sup> Embora somente duas canhoneiras tivessem sido de fabrico português: “D. Luiz”, em 1894 e “Pátria”, em 1902 (Bobroff, n.d.).

O contingente anual nacional era fixado em 17 000 recrutas, dos quais cerca de 15 000 eram destinados ao serviço ativo no Exército, 1000 na Marinha, 500 nas guardas municipais e 500 na Guarda Fiscal (Carrilho, 1985, p.107).

A Marinha tinha 3600 praças em 1890 e em 1900 o seu efetivo em praças aumentara para 4800 (Serrão, 1987, p.330). O Exército, mesmo contando com as colónias, encontrava-se entre os mais exíguos da Europa, havendo uma certa equivalência, em números absolutos, com a Bélgica e a Holanda no continente europeu, mas uma clara diferença para menos no que respeitava às forças coloniais (Carrilho, 1985, pp.105-07). Na totalidade, contava com 30 000 efetivos, sendo que o aceitável para satisfazer as necessidades metropolitanas e coloniais era calculado em 40 000. O Exército Colonial rondava 8000 efetivos, sendo apenas 5% europeus (Carrilho, 1985, p.107).

No que respeita à *Transformação*, ambos os Ramos sofreram reorganizações, mas as ocorridas no Exército foram bastante mais profundas. No caso da Marinha foram incorporadas novas unidades e responsabilidades quando, em 1892, a Escola de Serviço de Torpedos e Eletricidade, que estava entregue ao Exército desde a sua criação, lhe foi atribuída, bem como os faróis e todo o sistema de sinalização da costa portuguesa (Pereira, 2010, p.394). Importa também registar o programa de modernização da esquadra levado a cabo a partir de 1896<sup>19</sup>.

No Exército ocorreram duas reorganizações, em 1884 e 1899/1901. A primeira, desencadeada pelo Governo de Fontes Pereira de Melo previa, por um lado, um conceito de defesa metropolitano, assente no Porto, Península de Setúbal e Lisboa, tendo sido revitalizado o Campo Entrincheirado de Lisboa e, por outro lado, foram levantadas forças expedicionárias com destino a África (Lousada, 2007, p.51). Até 1898 surgem, nas margens do Tejo, 8 modernos redutos e baterias, que articulam com o conceito do Campo Entrincheirado (Pereira, 2010, p.369).

Entre 1899 e 1901 procedeu-se a nova reorganização, no intuito de reduzir o efetivo no ativo em tempo de paz, mas mantendo a capacidade de mobilização em caso de necessidade. O dispositivo permitia agora um efetivo de 124 458 militares (Telo, 2004, p.401). Dois anos depois estabeleceram-se três Divisões para o Continente e nas ilhas, os comandos militares ficaram reduzidos a dois. A distribuição das unidades era em função dos aquartelamentos existentes (Carrilho, 1985, p.106). Importa referir que a maioria das

---

<sup>19</sup> Já abordado no âmbito da estratégia genética.

medidas preconizadas em ambas as reorganizações não chegou a ser, de todo, implementada (Lousada, 2007, pp.51-52).

#### **e. O papel das Forças Armadas – Dimensão sociológica**

Quanto à *Profissão Militar*, indicador *Modelos de Recrutamento*, desde 1808 que, para o Exército, este era feito a partir do voluntariado e das sortes, que conferia grande autonomia ao poder local. A consequência era que, nas fileiras proliferavam as camadas menos favorecidas da sociedade. A reforma militar de 1884 pretendia introduzir a conscrição geral, sem remissões, e era defendida pelos oficiais mais modernos porque melhoraria a qualidade das tropas e teria reflexos ao nível do comando. Não se conseguiu implementar e, em 1891, o sistema de remissões estava novamente em vigor (Carrilho, 1985, pp.100-01). O serviço militar de quem não podia alegar um motivo legal que o isentasse ou não podia pagar a remissão, era de 5 anos<sup>20</sup>. A legislação de recrutamento indignava os oficiais, especialmente os subalternos e capitães, que lidavam no quotidiano diretamente com as praças, expressando-a através da imprensa militar. A percentagem de refratários rondava os 15% (Carrilho, 1985, pp.103-16).

Em relação aos alunos que cursavam as escolas militares, ao contrário da maioria dos países europeus e dos Estados Unidos da América (EUA), a origem dos oficiais portugueses era marcadamente urbana (Carrilho, 1985, p.124).

Quanto aos *Modelos de Carreira, na IM* a qualificação inicial era garantida pela frequência das escolas superiores militares e a antiguidade constituía o critério fundamental na promoção, não havendo, por isso, estímulo ao alargamento da esfera de conhecimentos. Na Marinha, a tentativa de impor a promoção por escolha provocou generalizada oposição dos oficiais (Carrilho, 1985, p.146).

A partir de 1901, houve, no Exército, incentivos à carreira dos oficiais e sargentos-ajudantes que prestassem serviço nas colónias, permitindo-lhes ultrapassar aqueles que nunca saíam da Metrópole. Possibilitava-se também o acesso ao posto de alferes a militares europeus deslocados nas colónias, sem que para isso tivessem habilitações, ficando a pertencer a um quadro especial com reforma no posto de major (Carrilho, 1985, pp.111-12). A partir de 1901, limitou-se a promoção por distinção, passando a só ser possível por feitos relevantes em combate ou em campanha (Carrilho, 1985, p.147). Os sargentos do

---

<sup>20</sup> Tendo passado para 3 anos depois da revisão da lei, do ministro Morais Sarmiento, em 1896 (Carrilho, 1985, p.106).

Exército eram considerados praças de pré, não tinham carreira individualizada e viam as suas promoções preteridas em relação às dos oficiais (Lousada, 2007, p.55).

O nível de vida dos militares de carreira piorou, mantendo-se os vencimentos sem alterações significativas desde 1887 até vésperas da revolução republicana. Os oficiais gerais eram remunerados cerca de 30% acima dos seus congéneres civis, mas os capitães e subalternos encontravam-se bastante abaixo e viam-se obrigados a recorrer a empregos suplementares. Esta situação levou os oficiais a buscarem soluções autónomas, registando-se um movimento associativo que conduziu à criação de várias cooperativas militares de consumo e socorro mútuo<sup>21</sup> (Carrilho, 1985, pp.156-57).

No âmbito da *Organização Militar*, indicador *Coesão*, o *ethos* castrense assentava na lealdade, hierarquia e disciplina (Matos, 2004a, p.120). Os oficiais tinham a condição militar no mais alto apreço e era mais fácil que a insatisfação recaísse sobre os governantes do que sobre a hierarquia militar (Carrilho, 1985, p.181).

Existia uma desigualdade entre os oficiais, pelo motivo de alguns se furtarem à prestação de serviço em locais mais remotos do país ou nas colónias, através de conhecimentos pessoais ou familiares. A desigualdade estava também patente nas carreiras entre os oficiais na metrópole e nas colónias, criando-se um mal-estar em que se considerava que os oficiais que iam para as colónias o faziam de má vontade e movidos pelo prejuízo da preterição (Carrilho, 1985, pp.109-12). Em contrapartida, mais perto da Corte, os oficiais metropolitanos ganharam maior influência institucional e política, potenciando o atrito entre os dois corpos militares (Lousada, 2007, p.55).

Observando a *Subordinação*, verificavam-se clivagens a dois níveis. Nas praças, a subordinação era conseguida pelo medo; o soldado, jovem cuja família não tivera dinheiro para pagar a remissão, era considerado “carne para canhão” (Carrilho, 1985, p.114). A condição de “praça de pré” dos sargentos também os colocava a uma distância considerável dos oficiais, de tal modo que as tentativas de rutura política levadas a cabo por esta categoria, para além de todo o significado que têm e que é explorado na análise de outros indicadores, não deixam de se tratar de insubordinação. Como exemplo, na insurreição armada de 5 de outubro, enquanto a Marinha teve a participação das várias categorias hierárquicas, no Exército esta cingiu-se essencialmente aos sargentos e praças (Lousada, 2007, p.58).

---

<sup>21</sup> Em 1866, uma condicionante de cariz diferente – problemas relativos à necessidade de modernização dos meios, tinha também conduzido ao surgimento de uma movimentação associativa, o Clube Militar Naval (Carrilho, 1985, p.146).

Nesta altura surgem também dilemas relativos ao cego cumprimento de ordens, por oposição à recusa de obediência a casos de abuso de autoridade (Carrilho, 1985, p.172).

Na subdimensão *Relação Civil-Militar*, indicador *Relação com o Poder Político*, englobando não só o Governo, mas todas as entidades políticas do sistema, a Marinha era o Ramo que recebia menos atenção e cujas deficiências ao nível de meios provocavam animosidade por parte dos oficiais em relação aos políticos (Carrilho, 1985, p.121).

Os republicanos procuraram atrair as FA para a sua causa, tendo falhado o intento ao nível dos oficiais do Exército<sup>22</sup>, mas conseguindo penetração ideológica na maioria dos oficiais e sargentos de Marinha (Lousada, 2007, p.55).

A questão dos direitos políticos dos militares era alvo de fortes controvérsias. Em 1895, João Franco restringiu o acesso ao parlamento a todos os oficiais, exceto generais, mas manteve-lhes o direito de voto (Carrilho, 1985, p.172).

Todos os partidos políticos tinham a noção da importância de conseguir apoios nas FA e os militares eram objeto de discursos políticos que procuravam atrair ideologicamente o “mundo” castrense. Em 1902 e 1904, o poder político manifesta repulsa pelas posições tomadas por oficiais da Marinha e Exército, no primeiro caso, por críticas ao sistema político vigente e, no segundo, pela participação de oficiais em conferências do Centro Regenerador Liberal. Oficiais no ativo escreviam na imprensa militar artigos, que assinavam com o próprio nome, em que injuriavam o Ministro da Guerra (Carrilho, 1985, p.117 e 174).

O chamado “movimento africanista”, encabeçado por um conjunto de oficiais, protagonistas das campanhas de pacificação de África, procurou junto de D. Carlos uma reforma do regime, em que seriam afastados os partidos políticos, substituídos por um Governo Militar tutelado pelo rei. Este, no entanto, recusou, apostando na Ditadura de João Franco, em 1907. Com o regicídio, em 1908, perdeu-se o laço de fidelidade-lealdade entre realeza e o Exército, passando a hierarquia a ignorar os republicanos, ao mesmo tempo que não estava disposta a combater por um regime monárquico decrépito, limitando-se a acompanhar o desenrolar da situação (Lousada, 2007, pp.54-57).

A *Relação com a População* pautava-se pelo desprezo votado ao soldado que cumpria serviço obrigatório, não podendo este sequer ser eleitor e se este falecia, o facto nem sequer era comunicado à família (Carrilho, 1985, pp.114-15). O carácter repressivo-disciplinador que as autoridades emprestavam ao serviço militar tinha profundos reflexos

---

<sup>22</sup> No Exército, foram mais eficazes na sedução dos sargentos.

na relação entre a população e o Exército, sendo o ódio popular votado ao serviço sentido pelos oficiais como afrontoso da sua profissão (Baltazar, 2005, p.114).

Assistiu-se ao aumento da tensão entre oficiais e autoridades civis durante todo o período, principalmente motivada pelo desencontro de opiniões sobre o modo de condução da tarefa colonial. A elite militar e a económico-política não pensavam do mesmo modo (Carrilho, 1985, p.181).

### 3. A “Nova República Velha”: 1919 – 1926

(...) *Nem ideias, nem planos, nem programas de governo, nem homens, nem essa preparação da opinião pública sem a qual todas as pretendidas revoluções não passam de motins mais ou menos organizados. Apenas duas ideias norteiam os agitadores revolucionários: que isto vai mal; que é necessário que vá de outra maneira.*

“Os Acontecimentos”, *Seara Nova*, nº 9, Lisboa, 1 de Março de 1922

#### a. Conjuntura Política

Na *Política Internacional*, a GG provocara uma alteração drástica na forma como os estados passaram a gerir as economias domésticas. O ouro era vital para a obtenção dos recursos para sustentação do esforço de guerra e os estados, beligerantes ou não, tendiam a acumular grandes reservas, provocando uma enorme flutuação nas taxas de câmbio. Houve emissão de moeda fiduciária, cujo valor não correspondia a reservas reais, mas sim a decisões internas dos estados e que contribuiu também para o incremento das diferenças de câmbio. A crise económica internacional tinha começado com a guerra.

Portugal participara na GG, tendo obtido algumas vantagens face à ameaça de Espanha no continente e da Alemanha nas colónias, mas acabou por não receber uma compensação proporcional no quadro da Conferência de Paz de Versalhes (Lousada, 2007, p.68). A criação da Sociedade das Nações (SDN) veio a revelar a relativa irrelevância de Portugal no quadro internacional, sendo sintomática a entrada da Espanha, não-beligerante no conflito, para o Conselho Executivo daquela organização. A política externa da República que, durante a GG, oscilava entre Lisboa, Londres e Madrid, com a finalidade de conservar o império colonial, diversificou-se no seio da SDN que, ao criar a ideia inovadora de “defesa coletiva”, permitiu gerar mais opções e maior liberdade de ação para Portugal (Ferreira, 2006, p.44).

No âmbito da *Política Nacional*, a 1ª República viveu uma permanente instabilidade cuja crise se agravou no período pós-guerra, com a sociedade a anarquizar-se através da presença de grupos anarco-sindicalistas, grupos de extrema-direita, grupos integracionistas e incursões monárquicas, com os pronunciamentos militares a tornarem-se uma recorrência quotidiana (Lousada, 2007, p.66).

Nesse ano, o PRP não se mostrou capaz de segurar o poder e cindiu-se em três: um grupo de direita, os “Reconstituintes” e um grupo de “extrema-esquerda”, o Partido Popular (ambas as fações já existentes) e um novo partido, o Centrista. Entre janeiro de

1920 e julho de 1921 houve 11 governos em 17 meses. O comando da Guarda Nacional Republicana (GNR), em Lisboa, começou a arbitrar as combinações governativas. O seu número de efetivos subira de 4575, em 1919, para 14 341, em 1921. Quando, no verão desse ano, os Liberais ascenderam ao Governo, foram feitas eleições e o PRP perdeu a maioria. A 19 de outubro, a GNR e a Marinha revoltaram-se em Lisboa, o Governo demitiu-se, e os radicais ajustaram contas com os republicanos que lhes faziam frente desde 1911, tendo sido mortos Machado Santos e José Carlos da Maia e António Granjo, ao mesmo tempo que se libertava o assassino de Sidónio Pais (Ramos et al., 2009, p.617).

O golpismo era inevitável, pois só a força militar permitia derrubar um partido no Governo e a primeira preocupação de um golpe que conquistasse o poder era formar, à custa do aparelho do Estado, um partido que o apoiasse. Os escândalos político-financeiros eram frequentes, denunciados pelas fações opostas (Telo, 1980, pp.15 e 118-120).

### **b. Conjuntura Económica**

Em relação ao indicador *PIB*, o pós-guerra em Portugal foi, simultaneamente, próspero e apocalítico. Apesar de muitas indústrias terem florescido com a guerra, o *PIB per capita*, embora com uma oscilação anual maior, acompanhou, em queda, a média europeia. Em 1919, o *PIB per capita* português era de 29,59% em relação aos países mais desenvolvidos e em 1926 era de 26,93%, tendo-se registado uma descida de 2,66% (Amaral, 1998, p.773).

Quanto à *Balança Comercial*, o défice apresentava uma curva ascendente desde 1915, que se acentuou a partir de 1919, teve uma ligeira recuperação, mas atingiu um novo valor máximo em 1922. Tentou-se alcançar o equilíbrio do tesouro através de políticas de austeridade, mas sem consequência, porque estas eram bloqueadas pela oposição do PD. Na tentativa de obter liquidez, Portugal procedeu à espoliação de muitos bens imobiliários pertencentes a estrangeiros, que levou à criação de um tribunal internacional em Haia para tratar destes casos. Foram impostas pesadas indemnizações ao país, que vieram agravar ainda mais a balança financeira, em 1924 (Serrão, 1989b, pp.235-36).

Em relação ao indicador *Inflação*, atingiu-se a mais alta taxa do século XX, sendo das mais altas da Europa (logo a seguir à Alemanha e à Áustria). Uma libra-ouro valia 4,8 escudos em 1911 e 136,6 escudos em 1924. Os governos tentaram dominar o mercado cambial e o setor bancário, por intermédio da Caixa Geral de Depósitos (CGD), que emergiu como maior banco português (Ramos et al., 2009, p.614).

### c. Conjuntura Social

Neste período, a *Demografia* revela um aumento da população de 6 para 6,8 milhões, com as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto a crescerem cerca de 20%<sup>23</sup> (Ramos et al., 2009, p.614), devido, essencialmente, à diminuição da taxa de mortalidade, mas também à subida do número de casamentos associada à redução da idade de casamento, que aumentaram o período de vida fértil das mulheres (Rosas, 1994, p.24). O surto emigratório, que tinha diminuído nos anos da guerra, voltou a aumentar, com a atração de colonos para África, tendo-se registado, entre 1919 e 1926, cerca de 320 000 emigrantes (Baganha, 1994, p.974).

No que respeita ao indicador *Cultura*, depois da GG a prática católica terá subido, invertendo o sentido de queda da segunda metade do século XIX (Ramos et al., 2009, p.600). Quase todos os autores que se debruçaram sobre os problemas sociais deste período, apontam responsabilidades dos novos-ricos em relação à decadência dos costumes. Raul Brandão, um dos mais mordazes críticos sociais referia “*Lisboa foi sempre uma terra depravada mas nunca como agora. Atualmente é uma cloaca*”. Adquirem fama várias estâncias turísticas do litoral e eclodem os casinos. Nos loucos anos vinte em Portugal, o mundo burguês e industrial, sob a proteção do Estado, afastava o mundo rural e beato e criava uma nova sociedade urbana (Telo, 1980, pp.109-13).

Contrastando com a reforma da instrução pública iniciada com a implantação da República, no período em estudo não foram significativas as alterações no sistema de ensino. A Universidade de Coimbra sofreu algumas convulsões, com greves de professores e estudantes, motivadas essencialmente pela alternância de nomeações políticas compulsivas para o cargo de reitor (Serrão, 1989b, pp.320-31).

Quanto à *Contestação*, em Portugal existia uma elite atenta às alterações ideológicas na Europa, pronta a replicá-las no foro interno, embora frequentemente sem grande impacto porque a conjuntura social portuguesa não favorecia a eclosão de movimentos como o comunismo ou o fascismo dessa época (Ramos et al., 2009, p.620). As crises do desemprego e a falta de víveres acirraram o mal-estar das populações, o que se fez sentir em Lisboa, no Porto e em outros grandes centros, tendo-se atingido um ponto de rutura entre os partidos políticos e as massas trabalhadoras (Serrão, 1989b, pp.141-42).

Especialmente a partir de 1920, a ampla camada urbana vê-se obrigada a apertar o cinto e sente-se descontente com o rumo que a República segue. A crise do pós-guerra,

---

<sup>23</sup> A evolução populacional pôde verificar-se através de 2 censos, em 1920 e 1925.

vista do lado dos comerciantes, banqueiros e industriais é a “prosperidade do pós-guerra”, que acaba por provocar uma importante viragem à esquerda de muitos republicanos, que exigem o fim da inflação à custa dos novos-ricos (Telo, 1980, p.108).

Houve várias tentativas de rutura falhadas, protagonizadas por detentores de força militar, como a “Monarquia do Norte”, de 1919, a noite sangrenta de 1921 ou os levantamentos de abril de 1926, tendo esta acabado por ocorrer a 28 de maio desse ano (Lousada, 2007, pp.74-75).

#### **d. O papel das Forças Armadas – Dimensão estratégica**

Em relação à subdimensão *Estratégia Operacional*, indicador *Plano Externo*, o esforço português na GG foi considerável e, apesar de ter ocorrido fora do período delimitado, está diretamente relacionado com a decadência dos anos seguintes, pelo que deve ser considerado um dos sintomas/causas. Em 1917, Portugal enviou o Corpo Expedicionário Português (CEP) para a guerra, mas sem preparação adequada<sup>24</sup>, achando-se o país, em 1919, com um Exército desmoralizado e quantitativamente desproporcionado.

Em África, Portugal esteve em guerra com a Alemanha desde 1914, com os ataques no sul de Angola a partir do Sudoeste Africano, e no norte de Moçambique, através da base do Tanganica. Sendo insuficientes os efetivos existentes, houve que recorrer ao envio de forças expedicionárias metropolitanas, mal treinadas e equipadas, que já não iam enfrentar o inimigo africano, inferior em recursos militares. Neste esforço, a Marinha interveio com um efetivo reduzido se comparado com o total, mas ainda assim considerável, tendo em conta os seus poucos recursos (Pereira, 2010, p.451).

No *Plano Interno* a Marinha passou a fiscalizar as pescas e começa a consolidar a sua ação sobre a marinha de comércio, ação que já vinha a ser efetuada desde a GG (Matos, 2004a, p.137). São forças do Exército que resolvem, no início de 1919, a situação da “Monarquia do Norte” e que defendem o regime na “Revolta Militar” de 18 de abril de 1925.

Quanto à *Estratégia Genética*, o indicador *Invenção e Construção* apresenta uma atividade fabril militar que passa a apontar principalmente para a produção de munições,

---

<sup>24</sup> No polígono de Tancos, onde foi treinado o contingente, o treino incidiu em marchas forçadas para a Infantaria, na utilização de armamento que nunca foi empregue na Flandres e em extenuantes exercícios de Cavalaria vocacionados para o movimento, vindo a realidade do TO ser completamente oposta: o equipamento e armamento utilizados eram diferentes (fornecidos pelos ingleses) e a guerra era estática (Lousada, 2007, p.72)

arreios e equipamento. Ao nível do armamento, a seguir à guerra houve bastantes limitações, motivadas essencialmente pela crise económica, que contribuíram para o aumento da tensão entre o Governo e as FA (Carrilho, 1985, p.217 e 280). Dos quatro contratorpedeiros lançados à água entre 1920 e 1922, somente um foi de construção portuguesa, no arsenal do Alfeite que tinha, para o efeito, recebido obras de valorização das instalações (Matos, 2004a, p.138).

Na *Obtenção* assistiu-se, no final da 1ª República, à utilização da expressão “Zero Naval” pelo ministro da Marinha, Comandante Pereira da Silva, para caracterizar o estado dos meios navais. A modernização da Marinha teve lugar, mas de uma forma lenta, dificultada pelas condições financeiras. Até 1922, foram adquiridos no estrangeiro três contratorpedeiros, mas, no ano seguinte, o ministro viu-se obrigado a vender dois dos melhores cruzadores (Matos, 2004a, pp.136-38). Quanto ao armamento ligeiro, entre 1917 e os anos 1930 não houve aquisições<sup>25</sup>.

No âmbito da *Estratégia Estrutural*, indicador *Dispositivo*, a alteração com significado na Marinha foi, em 1923, a transferência da Flotilha de Lisboa para Vila Franca de Xira (Matos, 2004a, p.138). O efetivo da Marinha diminuiu, com a venda de quatro unidades navais, implicando uma redução de 900 homens de guarnição (Pereira, 2010, p.461). Quanto ao Exército, a participação na guerra acarretou um desproporcionado aumento do efetivo em oficiais, contrariando o que ocorreu nos restantes países beligerantes. A partir de 1922, após a redução do efetivo da GNR<sup>26</sup>, teve de aumentar o efetivo em praças, embora conservando sensivelmente os 4900 oficiais de 1918.

No modelo instituído em 1911, que perdurou até 1926, o Exército contava, nominalmente, com 11600 militares permanentes e previa incorporar, anualmente, um contingente de 30 000 homens. Em períodos de guerra o efetivo subia para 300 000 homens, sem contar as tropas territoriais<sup>27</sup> (Carrilho, 1985, p.208). Tratou-se de um projeto de aumento da participação da sociedade nas fileiras: um exército de milícias (Carrilho, 1985, p.280). As tropas ativas compreendiam 8 Divisões, uma Brigada de Cavalaria e Unidades não endivisionadas<sup>28</sup>. O Exército Colonial mantinha a sua independência relativamente ao Exército Metropolitano, através do recrutamento localizado e das

---

<sup>25</sup> As metralhadoras Vickers e Lewis, britânicas, datam de 1917 e as pistolas-metralhadoras Thompson (norte-americana) e Bergman (alemã), datam de 1928 e 1929, respetivamente (Telo & Álvares, 2004, pp.7-8 e 22-24).

<sup>26</sup> Que se apresentará adiante.

<sup>27</sup> A última reserva, constituída por tropas entre os 37 e os 45 anos.

<sup>28</sup> Guarnições das ilhas, Artilharia, Engenharia e Serviço de Saúde.

comissões de serviço de oficiais, fundamentalmente à custa de milicianos numa base de voluntariado (Lousada, 2007, p.71).

O elemento aeronáutico constituiu uma introdução deste período. Em 1919, surge o Grupo de Esquadrilhas da República e em 1924 procede-se à reorganização da aeronáutica militar, tendo sido estabelecido um quadro de oficiais dessa especialidade no ano seguinte (Carrilho, 1985, p.219).

Quanto à *Transformação*, a Marinha foi objeto de duas reestruturações, relacionadas com aspetos administrativos e não operacionais. Em 1921, um decreto do Governo do coronel Maia Pinto impôs a redução de poderes do conselheiro do ministro, e os almirantes passaram a pertencer a um Conselho Geral da Armada, que concentrou o poder disciplinar de último recurso. A promoção a contra-almirante passou a ser feita por antiguidade. A segunda reestruturação ocorreu em 1924 e consistiu em anexar todos os serviços militares à Majoria e todos os não-militares à Intendência, que se manteve como matriz organizativa da Marinha por todo o século XX (Matos, 2004a, p.137).

Quanto ao Exército, até 1922, a República continuava a insistir no caráter miliciano, que preconizava a formação de oficiais e sargentos, mas não resolvia nenhum dos problemas levantados por um Quadro Permanente (QP) insatisfeito. Em 1925, o PD tentou outro caminho, aprovando as bases de uma reforma, cujo modelo preconizava o princípio do “máximo em tempo de guerra e mínimo em tempo de paz”, faria desaparecer as Divisões, em tempo de paz, substituindo-as por unidades pequenas, móveis e com grande poder de fogo, que ressuscitaram a designação de “Caçadores”. Foi pensada a concentração de unidades e a criação de um Supremo Conselho de Defesa Nacional. Estas transformações nunca foram concretizadas, mas estiveram na base das instituídas, mais tarde, pelo Estado Novo (Matos, 2004a, p.134).

A criação da GNR corresponde ao princípio de separação das funções de defesa externa das de segurança interna e de ordenamento social dentro do Estado, trazido pela República. A GNR era “parte integrante das forças militares da República”, cabendo aos seus elementos “deveres e direitos idênticos aos que competem aos oficiais e praças de pré do Exército ativo” (Carrilho, 1985, p.214). As funções de comando deste corpo eram exercidas por oficiais provenientes do Exército. A GNR surgia, desta forma, como substituto das tarefas que tinham sido cometidas ao Exército no tempo da monarquia, relacionadas com a ordem pública, e na sequência da rebelião monárquica de 1919 foi grandemente reforçada, sendo-lhe atribuído um grupo de artilharia de campanha e um pelotão de metralhadoras pesadas. Em 1922, devido às vicissitudes de ordem política,

procede-se a uma nova remodelação da GNR, restringindo-lhe a importância e retirando-lhe efetivo e material (Carrilho, 1985, p.214) .

#### **e. O papel das Forças Armadas – Dimensão sociológica**

Na subdimensão *Profissão Militar*, indicador *Recrutamento*, assistiu-se à continuação do serviço militar obrigatório, mas só uma proporção reduzida do contingente era incorporada, correspondendo a pouco mais de um quinto dos jovens em idade de cumprimento do serviço. Havia também muita corrupção relacionada com a fuga ao serviço militar.

A componente urbana predomina, claramente, entre os oficiais que iniciaram a sua carreira no período republicano, embora se registre uma redução dos candidatos provenientes do distrito de Lisboa, especialmente durante os anos da guerra. Entre 1920 e 1925, Lisboa volta a situar-se como principal distrito de origem dos oficiais, em percentagens que vão dos 32,8 aos 41,9% (Carrilho, 1985, p.222).

Em relação aos *Modelos de Carreira*, o fenómeno do empolamento dos quadros no período da guerra ocorreu nos dois Ramos. Em 1920, na Marinha havia mais 26% de oficiais e em 1925, 34%. No Exército o aumento do efetivo foi ainda maior, chegando a atingir 44% mais do que o existente antes da guerra (Carrilho, 1985, pp.268-69).

O período republicano pautou-se por uma grande instabilidade no sistema de progressão na carreira. Os fatores influenciadores foram a GG, as readaptações sucessivas que se lhe seguiram e também a instabilidade política (Carrilho, 1985, p.238). Durante a guerra as médias etárias dos oficiais baixaram 4 a 6 anos<sup>29</sup>, mas voltaram a subir a partir dos anos vinte (Carrilho, 1985, p.239). Entre 1923 e 1925, as promoções desde capitão até coronel foram reduzidas quase a zero (Matos, 2004a, p.135).

A partir do início da GG, o poder de compra dos oficiais, como aconteceu com todos os servidores do Estado, degradou-se rapidamente. Apesar de alguns paliativos para tentar minorar a situação financeira, a situação agravou-se de modo insustentável entre 1919 e 1921, com quebras de vencimentos que chegaram a superar os 70% dos valores de 1914. Em 1923 são aumentados os vencimentos, embora fiquem aquém dos recebidos antes da guerra. O agravamento do custo de vida era de tal modo que o soldo de oficial não bastava àqueles que não dispusessem de bens de família (Carrilho, 1985, pp.244-45).

---

<sup>29</sup> Antes da guerra, atingia-se o posto de tenente entre os 25 e 28 anos e o de capitão entre os 30 e 33 anos. A partir de 1916, atingia-se o posto de tenente entre os 21 e os 23 anos e o de capitão entre os 24 e os 27 anos (Carrilho, 1985, p.238).

Os oficiais que, por inerência do cargo, tinham ascendido na carreira no período da guerra, permaneceram nos postos, tendo sido dispensados das condições normais de promoção. A juntar a tudo isto, a própria legislação vem acrescentar mais instabilidade. Em 1922, um decreto determina a subida ao posto imediato dos oficiais que tivessem sido ultrapassados, em mais de dois anos, por outros mais modernos, situação que gerou a necessidade de colocar estes oficiais na disponibilidade até que lhes coubesse vaga (Carrilho, 1985, p.241).

Quanto à *Organização Militar*, indicador *Coesão*, o *ethos* castrense herdado da monarquia continuava a assentar na lealdade, hierarquia e disciplina. A República introduzira uma componente de educação cívica.

A questão do acesso a oficial miliciano torna-se objeto de contestação por parte dos sargentos, pois estes entendiam encontrar-se em melhores condições para ocupar estes postos do que os jovens saídos do ensino secundário (Carrilho, 1985, p.242). Lavrava um mal-estar entre os oficiais do Exército, com duras críticas aos milicianos.

A Aeronáutica do Exército também suscitou problemas corporativos porque os seus oficiais tendiam a esquecer a Arma de origem, apesar de continuarem a pertencer-lhe. O soldo era cerca do dobro dos militares das outras Armas, acentuando-se nos postos inferiores, mercê da atribuição dos subsídios de “risco de vôo” e “de diploma”. Esta clivagem levou, em 1924, a um aumento de tensão, à revolta dos oficiais aviadores contra um conjunto de medidas que lhes reduziam o *status quo* e à extinção do serviço, nesse mesmo ano (Matos, 2004a, p.140).

Em relação à *Subordinação*, os últimos tempos do CEP tinham sido de revoltas de subunidades, chegando o general Gomes da Costa a ser corrido a tiro por uma unidade sublevada (Telo, 1980, p.133). A dimensão paternal dos oficiais tinha sido reduzida, tendo o dever de obediência passado somente a dizer respeito a atos de serviço (Matos, 2004a, pp.120-21).

O PRP e, nesta altura, o PD, no Governo, fomentavam a permanente cisão entre os sargentos e os oficiais do Exército, como instrumento de equilíbrio. A República assentava em vários equilíbrios militares, porque provocava cisões, que incluíam os sargentos contra os oficiais (Matos, 2004a, p.141).

Na subdimensão *Relação Civil-Militar*, indicador *Relação com o Poder Político*, para a maioria dos oficiais, a Flandres tinha inculcado o sentimento geral de que os políticos os tinham enviado para ali contra a sua vontade, deixando-os à mercê não só dos alemães,

como também dos soldados, vindo esta situação a incrementar sentimentos antirrepublicanos no seio da oficialidade (Telo, 1980, p.133).

A tensão Governo-FA foi-se agudizando, a partir de 1919 e, em 1921, manifestam-se claras divergências no seio da Marinha, opondo o ministro, Júlio Martins, e os partidários do Governo, aos restantes oficiais da Armada (Carrilho, 1985, p.258). Entre 1919 e 1922, a República substituiu o Exército pela GNR como força do Regime, tendo, na sequência da “Noite Sangrenta”, de 19-20 de outubro de 1921, tomado medidas para reinverter o processo.

A IM vai-se autonomizando da ação de fações, em obediência a linhas partidárias, e assume, ela própria, uma postura politizada, e tal modo que, a partir de 1923, se assiste a uma grande instabilidade no sistema de partidos e uma maior unidade no comportamento dos militares, nomeadamente do Exército (Ferreira, 2004b, p.286).

Sem apoios por parte do Governo, os combatentes sentem o imperativo de se associar para defenderem os seus interesses e ajudarem os inválidos de guerra, as viúvas e os órfãos e, após várias tentativas, conseguem, em 1924, oficializar a constituição da Liga dos Combatentes da Grande Guerra (Megaglobal, 2009).

Na *Relação com a População*, a intensidade dos conflitos sociais, que atingira o auge durante a guerra, prolongava-se no pós-guerra. Esta intensidade era maior em Lisboa, devido à inflação. A ação sindical estava ligada à ação direta, que acabava por trazer a tropa para o centro do conflito social, dada a insuficiência da GNR na capital (Matos, 2004a, p.141).

A GG tinha levado as FA a desempenharem extensas funções civis: dirigiam os caminhos-de-ferro, coordenavam as marinhas mercante e de pesca, regularizavam o abastecimento público, tinham desenvolvido um sistema postal militar e uma censura. A situação tornava-se instável para a República porque o Exército tinha consciência de que os democráticos, no poder, suspeitavam dele (Matos, 2004a, p.141). Muitos militares desempenhavam papéis de destaque na vida civil, contando-se entre escritores, políticos, historiadores, dramaturgos, arqueólogos e lentes universitários (Matos, 2004a, p.123). A GG fez dos militares o objeto de um verdadeiro culto social, a que a trasladação do soldado Desconhecido para a Batalha, a 7 de Abril de 1921, dá início.

#### 4. O Estado Novo do período de Marcello Caetano: 1968 – 1974

*E porque esta sociedade se tornou menos humana e menos humanista, mais volvida para a matéria do que para o espírito, entrou em profunda crise.*

Veiga Simão, 1970

##### a. Conjuntura Política

Na *Conjuntura Internacional*, o quadro era de um mundo dividido em dois blocos – ocidental e oriental – em que 1968 marca o auge de uma onda contestatária, iniciada três anos antes, cujos protagonistas foram, essencialmente, operários e estudantes. A Europa via Paris sublevada em maio, Praga em agosto e em Espanha assistia-se a contínua reivindicação. As universidades de Dakar, São Paulo, Alexandria e Islamabad também foram palco de protestos estudantis (Droz & Rowley, 1991, p.291).

A política externa portuguesa estava cativa da resolução do problema africano (Ferreira, 2006, p.115). Nos anos de Marcello Caetano esboçou-se uma viragem no sistema de alianças, com base numa inversão que tendia a criar, em África, regimes de independência branca em Moçambique e Angola, em ligação com a Rodésia e a África do Sul (Telo, 2004, p.473). Caetano tentou também a aproximação à Europa, através da formalização do estatuto de aliado da CEE, em 1970.

Mas a posição de Portugal no contexto internacional estava cada vez mais difícil e, em 1972, era votada e aprovada por unanimidade, no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a resolução 322, que reconhecia o “*direito inalienável dos povos de Angola, Moçambique e Guiné à independência*”. Entre os membros contavam-se os tradicionais aliados, EUA e Reino Unido, mas também, como não-permanentes, os países europeus Bélgica e Itália (Ferreira, 2006, p.114).

Em 1973 assiste-se à escalada do preço do petróleo, provocada pela guerra do *Yom Kippur* e ao protesto dos países árabes pelo apoio dos EUA a Israel. O Governo dos EUA estava paralisado pela crise do *Watergate* e a sua saída do Vietname prenunciava um desastre (Ramos et al., 2009, p.709).

No plano da *Política Nacional*, o “marcelismo” foi fim de um Estado que procurava gerir as tensões resultantes da necessidade de optar entre, por um lado, a preservação de hierarquias e poderes tradicionais e, por outro lado, a industrialização e urbanização aceleradas (Nunes, 1994, p.305). A guerra em África durava havia quase uma década, mas em 1968 não confrontava os governantes portugueses com decisões urgentes, dado que os

três Teatros de Operações (TO) se encontravam militarmente estabilizados (Ramos et al., 2009, p.706).

Em 1969, apesar do alargamento, o eleitorado continuou pequeno, sendo que cerca de metade dos eleitores eram funcionários do Estado<sup>30</sup>. Num sinal de abertura, Caetano formalizou o conceito de Províncias Ultramarinas em Estados Ultramarinos e descentralizou a administração local, em 1971. A partir do ano seguinte, o panorama político mudou, dado que a maior parte dos jovens que tinham sido integrados na Assembleia Nacional (AN) em 1968 e que formavam a “ala liberal”, se transformou num grupo de “críticos insistentes do Regime”<sup>31</sup> (Ramos et al., 2009, pp.697-702).

Proliferaram, no seio da população estudantil, os grupos radicais de esquerda que, ao contrário do Partido Comunista Português (PCP), não eram facilmente controláveis pelas autoridades, acabando o Governo por se ver obrigado a recorrer à repressão. A censura via-se assoberbada pela “revolução que se está tentando operar nos costumes e na moral” (Ramos et al., 2009, p.703). Apesar de tudo isto, até meados de 1973 ninguém previa a queda do regime: nunca se vivera tão bem em Portugal, com pleno emprego, subidas de salários e expansão do Estado Social.

### **b. Conjuntura Económica**

Ao contrário dos dois períodos anteriores, a situação económica do país não era desesperada. No entanto, a conjuntura conhecia algum agravamento, como o demonstram os indicadores estudados. Em 1968, o *PIB per capita* português era de 49,72% em relação aos países mais desenvolvidos e em 1974 era de 57,47%, tendo-se registado uma subida de 7,75%, devida essencialmente à inquestionável modernização da estrutura económica nacional (Rosas & Amaral, 1994, p.440).

Na *Balança Comercial*, apesar da implementação do III Plano de Fomento (1967-1973), que privilegiava as exportações em relação à orientação interna do crescimento, entre 1970 e 1971, o ministro das finanças, João Dias Rosas, alertou para o desequilíbrio das contas públicas, cuja despesa triplicara desde 1960, devido à guerra em África e à obtenção de crédito externo para financiamento do anterior II Plano de Fomento (1959-1964) (Rosas & Martins, 1994, pp.484-85).

---

<sup>30</sup> Pela primeira vez, em quase quarenta anos, a oposição foi às urnas e as mulheres tiveram direito de voto mas, ainda assim, milhares de votantes potenciais não estavam recenseados e outros tinham sido riscados dos cadernos eleitorais (Marques, 1975, pp.410-11).

<sup>31</sup> A “ala liberal” da Assembleia Nacional integrava nomes como José Pedro Pinto Leite, Francisco Sá Carneiro, João Pedro Miller Guerra, Francisco Pinto Balsemão, João Bosco Mota Amaral e Joaquim Magalhães Mota (Ramos et al., 2009, p.699).

A *Inflação* acentuou-se com a crise mundial, aliada às consequências da guerra no Ultramar e começou a assustar muita gente, até então politicamente neutra, que passou a simpatizar com a oposição, em descontentamento progressivo (Marques, 1975, p.413).

### **c. Conjuntura Social**

No que respeita à *Demografia* e devido à emigração, a população decrescera pela primeira vez desde o princípio do século XIX: entre 1960 e 1970 passou de 8,8 milhões para 8,6 milhões. Só em 1966 abandonaram o país oficialmente 120 000 pessoas, e entre 1968 e 1974 calculam-se 919 713 emigrações, entre legais e ilegais (Baganha, 1994, p.974). A população residente nos distritos de Lisboa e Porto aumentou mas, em 1972, a população que permaneceu nos campos ainda representava 32% da população ativa (Ramos et al., 2009, p.690).

Em relação à *Cultura*, o início dos anos 70 marca uma época de grande expansão de consumos culturais, manifesta na edição de “livros de bolso” e de sucesso para autores da oposição, como António José Saraiva, ou cantores de música de intervenção, como José Afonso. A RTP estreou um *talk show*, o *Zip-Zip*, protagonizado por Raul Solnado que, durante 32 emissões, criou um efeito de liberdade, discussão e descoberta, tendo o programa recebido mais de 1000 cartas por semana. A expansão da população académica nas quatro universidades e várias escolas superiores do setor público triplicou, superando os 50 000 e criando um ambiente propício à oposição, fazendo das universidades campos de treino político para grupos radicais de esquerda (Ramos et al., 2009, p.696 e 703). Ideologicamente, assistiu-se a uma radicalização oposicionista, que permitiu o surgimento de grupos como a cisão de tendência pró-chinesa do PCP, o catolicismo progressista e até movimentos adeptos da ação armada contra o regime (Rosas, 1994, p.543).

Quanto à *Contestação*, entre janeiro de 1968 e outubro de 1973, o Estado Novo viu-se a braços com constante agitação estudantil, protestos e manifestações, conduzindo à implementação de “estado de exceção nas universidades”, a partir de janeiro de 1971. Surgiram grupos de esquerda independentes do PCP, ao mesmo tempo que aumentava a contestação dos grupos católicos progressistas (Rosas, 1994, p.555). As greves da classe operária, com exigências salariais e políticas, também se sucediam, com frequentes ações de repressão policial. A tudo isto o Governo ia acusando “as forças organizadas, algures no mundo, para destruir os fundamentos em que assenta a vida social contemporânea” (Nunes, 1994, p.378).

#### **d. O papel das Forças Armadas – Dimensão estratégica**

Na subdimensão *Estratégia Operacional*, indicador *Plano Externo*, na guerra, as forças foram aplicadas de forma otimizada, permitindo manter a luta a um ritmo controlado e com custos relativamente baixos (Cann, 2005, p.34). O grosso do esforço recaía no Exército, sendo menos sensível nos outros dois Ramos, que já nessa época eram mais profissionalizados e menos dependentes do serviço militar obrigatório. Como a guerra africana era de contraguerrilha, os perfis das Armas esbateram-se (Matos, 2004b, p.177).

À Marinha cabia garantir a segurança naval das ligações entre a Metrópole e as colónias, tendo sempre uma fragata entre Portugal e Angola e corvetas ou fragatas a patrulharem o canal de Moçambique (Matos, 2004b, p.179).

A Força Aérea Portuguesa (FAP) teve um papel relevante nos três TO, com especial destaque para a Guiné, em apoio de combate e logístico às unidades isoladas pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) (Matos, 2004b, p.187).

No *Plano Interno* a guerra em África não diminuiu o empenhamento civil da Marinha. Em Julho de 1971, foi aprovado o Regulamento Geral das Capitánias, substituindo o de 1892, que se tornara uma manta de retalhos. A Polícia Marítima foi integrada, em 1969, na Direcção-Geral dos Serviços de Fomento Marítimo. A Marinha ainda renovou a imagem no final dos anos sessenta, quando acrescentou o combate à poluição marítima às suas missões (Matos, 2004b, p.180).

Em 1972, o Ministro da Defesa afirmou a responsabilidade do Exército na manutenção da ordem pública, utilizando esta declaração como forma de pressão sobre o poder político: no caso da perda de Goa, em 1961, o Estado Novo responsabilizara o Exército, depois de não lhe ter proporcionado meios para uma defesa eficaz e receava-se que, a respeito da situação vivida na Guiné, se repetisse a situação (Matos, 2004b, p.188). No entanto, durante o período de decadência estudado, o Exército não tomou parte em ações no âmbito da ordem interna.

Quanto à *Estratégia Genética*, o indicador *Invenção e Construção* foi condicionado pela grande limitação na aquisição de materiais para utilização no Ultramar, devido ao boicote internacional resultante das posições assumidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela *North Atlantic Treaty Organization* (NATO). Isto obrigou a que muitos dos navios tivessem de ser construídos em estaleiros nacionais (Matos, 2004b, p.180), bem como o armamento ligeiro, resultando que, em 1973, tinham sido fabricadas em Portugal 250 000 espingardas automáticas G-3.

Na *Obtenção*, no final da década de 1960, a Marinha recebeu as fragatas da classe João Belo e lanchas para operações de costa para o interior. Foram compradas também seis corvetas, projetadas para as missões de guerra em África, mas também prevista a possibilidade de reconversão para a guerra no Atlântico (Matos, 2004b, pp.179-80). Em 1969 são lançadas cinco à água, três na RFA e duas em Espanha (Telo, 2004, p.482). Em 1970, o plano de forças da Marinha é alterado para oito fragatas, doze corvetas e quatro submarinos. Desistia-se dos quatro submarinos e avançava-se com uma segunda série de corvetas, que razões financeiras também reduziram para quatro (Pereira, 2010, p.517). Apesar das inúmeras tentativas, no final da guerra era crescentemente difícil comprar aviões (Telo, 2004, p.470 e 491).

Quando à *Estratégia Estrutural*, indicador *Dispositivo*, a organização da Defesa Nacional não conheceu alteração de vulto, a não ser no alargamento do dispositivo e o concomitante aumento de efetivos (Matos, 2004b, pp.175-81).

O efetivo total das FA ascendeu a 240 000, em 1974, tendo-se registado, entre 1970 e o fim do conflito, num aumento de cerca de 25 000 homens. Os efetivos da Armada aumentaram bastante, passando de 8600 homens, em 1960, para 18 500. Em 1974, Portugal contava com um imenso Exército de 179 000 homens, uma Armada de 19 500 e uma Força Aérea de 18 500 homens, sem contar com as forças de recrutamento indígena. Mas a guerra fez com que o país deixasse de ter umas FA tecnologicamente ao nível normal da NATO e da Europa Ocidental (Telo, 2004, p.494).

Os Ramos estavam organizados em Comandos Navais, Regiões Militares e Aéreas. Tinha desaparecido a divisão entre Exército Colonial e Metropolitano. Em 1970 foi restabelecido o extinto Comando Territorial de Coimbra e criado o do Algarve (Matos, 2004b, p.182). Em 1968, a guerrilha em Moçambique passou a atuar em Tete e a Marinha criou o Comando da Defesa Marítima do Zambeze (Pereira, 2010, p.529). Nesse ano iniciou a sua participação na Força Naval Permanente do Atlântico da NATO.

A organização territorial da FAP era adequada para a guerra em África e sofreu poucas alterações (Matos, 2004b, pp.186-87).

Quanto à *Transformação*, a grande maioria das alterações tinha já ocorrido no início da década de 1960, com o eclodir da guerra. No período em estudo há a registar o Ministério da Marinha, que sofreu duas reorganizações e no Exército surgiu a Arma de Transmissões em 1970 (Matos, 2004b, pp.183-84).

### **e. O papel das Forças Armadas – Dimensão sociológica**

No referente à subdimensão *Profissão Militar*, indicador *Recrutamento*, foi aprovada em 1968 uma nova lei do serviço militar, que pretendia transferir dos Ramos para o Ministério da Defesa Nacional o recrutamento, mas isto não foi materializado. Esta lei abria também portas ao serviço feminino voluntário, mas a IM não o incentivou, tendo apenas havido enfermeiras paraquedistas. No começo da década de 1970 começou a sentir-se a falta de mancebos, devida à emigração e às deserções políticas (Matos, 2004b, pp.184-85).

O recrutamento local em África tinha índices modestos, sendo que em 1974 os militares nativos representavam cerca de 50% do contingente em Angola e na Guiné e 54% em Moçambique (Cann, 2005, p.33).

No tocante à *Carreira*, a guerra proporcionara aos oficiais uma melhoria do vencimento, mas a inflação provocara a queda do poder de compra em 45% (Ramos et al., 2009, p.707). Os oficiais da Armada tinham um papel mais participativo na gestão das suas carreiras, sendo nomeados, por escala, para os conselhos de promoção a CTen e CMG. A Marinha instituiu a Reserva Naval, para incorporar oficiais milicianos, provenientes da Universidade e data de 1968 a criação da classe de Fuzileiros (Matos, 2004b, pp.179-80).

Os QP não tinham sido concebidos para uma guerra prolongada em três frentes. Os oficiais do QP do Exército consideravam que estavam a ser ultrapassados por outros que não tinham frequentado a Academia Militar (AM), uma vez que a solução do Governo foi reforçar os quadros de oficiais e sargentos de complemento, sendo que os alferes milicianos eram mais do dobro dos do QP. Muitos milicianos foram chamados a duas comissões, sendo que, para a segunda, frequentavam um curso de promoção a capitão e iam comandar uma companhia. A Marinha e a FAP tinham conservado proporções mais equilibradas entre os QP e os quadros de complemento (Matos, 2004b, pp.185-86).

Quanto à *Organização Militar*, indicador *Coesão*, a guerra conduziu a algumas alterações no *ethos* dos militares, mas continuavam a subsistir os valores da lealdade, hierarquia e disciplina. A defesa do Ultramar era a defesa da Pátria e as componentes técnica e atlantista foram afastadas em benefício desta.

Nem quinze dias volvidos após a promulgação do Decreto-lei 353/73, que permitia aos oficiais do Quadro Especial de Oficiais (QEO) transitarem para os quadros das Armas, os oficiais do QP fazem as primeiras manifestações públicas de desaprovação, a 30 de julho de 1973 (Nunes, 1994, p.380). Em janeiro de 1974, o general Andrade e Silva, novo ministro do Exército, revogou o Decreto-lei e manteve as regras normais de antiguidade.

As sucessivas comissões e a falta de contacto entre os oficiais do mesmo curso provocaram uma espécie de desagregação do espírito de corpo, contra a qual alguns oficiais reagem, nos inícios de 1973, tentando organizar um clube dos oficiais do Exército, à semelhança do já carregado de tradições Clube Militar Naval (Carrilho, 1985, p.458).

Quanto à *Subordinação*, este período não conheceu problemas da dimensão dos anteriores. O CEMGFA detinha comando completo sobre as tropas combatentes e, em cada TO, havia um comandante-chefe, inteiramente responsável pela conduta das operações e com poderes para retirar e atribuir o comando a qualquer subordinado seu, de qualquer Ramo. Este cargo acumulou, frequentemente e nos três TO, com o de governante civil (Matos, 2004b, p.175).

Na *Relação Civil-Militar*, indicador *Relação com o Poder Político*, observou-se que a guerra, que funcionara, em 1961, como fator de subordinação das FA ao poder político (Ferreira, 2004a, p.309), provocou, a partir de 1968, que o Governo tivesse cada vez mais dificuldade em manter a adesão ideológica dos militares em relação a uma política construída sobre pressupostos desfasados da realidade (Carrilho, 1985, p.458).

Face à situação, em 1972 vários oficiais-generais manifestaram ao poder político a necessidade de a guerra deixar de ser um fim em si mesmo e pressionam-no a procurar soluções que conferissem uma trégua no esforço militar ou até, se necessário, a retirada de África (Ferreira, 2004a, p.309). Os rituais da propaganda oficial, como o da distribuição de condecorações no dia 10 de junho e outras cerimónias, perdiam a força, tendo-se tornado evidentes os seus fins aos olhos de muitos militares (Carrilho, 1985, p.459).

O Estado demorou algum tempo, mas entre 1963 e 1971, estabeleceu um conjunto de medidas de cariz social, destinadas a apoiar os militares que tivessem servido no Ultramar, especialmente aqueles que tinham sido condecorados ou louvados (Matos, 2004b, p.178).

A génese do “Movimento dos Capitães”, que mais tarde originará o “Movimento das Forças Armadas” (MFA)<sup>32</sup>, em junho de 1973, é vincadamente corporativa, mas evoluiu para a tomada de consciência da necessidade de uma solução política para a guerra de África e, por último, para a intervenção no golpe militar (Ferreira, 2004a, p.310).

Na *Relação com a População*, vai-se tornando mais tensa a relação entre os militares e os brancos residentes em África, que manifestam cada vez mais incompreensão em relação à ausência de vitória (Carrilho, 1985, p.458).

---

<sup>32</sup> Que envolveu cerca de trezentos oficiais (Ferreira, 2004a, p.310).

Vários oficiais depositaram alguma expectativa nas possibilidades abertas pelas eleições indiretas para a Presidência da República, em 1972, como um meio para a emergência de um Governo capaz de dar uma solução política à guerra. A questão do regime político não se afigurava ainda importante à IM para conseguir esse objetivo (Ferreira, 1996, p.331).

## 5. Linhas de continuidade e o papel das Forças Armadas

No presente capítulo procede-se à análise dos dados obtidos nos capítulos anteriores, a partir da investigação histórica, identificando: i) as linhas de continuidade nos períodos de decadência; ii) as características constantes no papel das FA e iii) a relação entre ambas. Obter-se-ão deste modo, os dados que permitirão, nas conclusões, formular a resposta às três PD formuladas e à PP.

### a. Linhas de continuidade nos períodos de decadência

O próprio processo de identificação dos períodos, através dos seus sintomas, conduziu ao encontro de fatores comuns e que dizem respeito a períodos de decadência em qualquer época e em qualquer lugar. Ora, estes sintomas ou causas podem ser entendidos como as “grandes linhas de continuidade”, interessando, agora, examinar a especificidade portuguesa nos períodos escolhidos.

O presente ponto pretende analisar e relacionar os dados que permitam, nas conclusões, responder à PD1: “Quais as linhas de continuidade nos períodos de decadência ocorridos em Portugal entre 1851 e 2000?”. No Apêndice 2 apresenta-se, adicionalmente, uma sistematização, em quadros, do comportamento dos indicadores estudados.

No que respeita à conjuntura internacional, os três momentos de decadência estudados ocorrem na sequência de períodos de crise, ou pelo menos de abrandamento económico na Europa. Foi o caso da estagnação europeia ocorrida entre 1873 e 1895, associada ao fim da Primeira Revolução Industrial, da inflação generalizada devida à Grande Guerra de 1914-1918 e da Crise do Petróleo de 1973. Embora a cada um dos períodos corresponda uma crise económica em Portugal, não é possível estabelecer uma relação temporal na deflagração do fenómeno, uma vez que, no primeiro caso, a crise nacional ocorre somente duas décadas após o início da crise europeia<sup>33</sup>, mas, no segundo e terceiro casos, ocorre em simultâneo. Na *Dimensão Política*, condução da *Política Externa*, assistiu-se, nos três períodos, ao afastamento das tradicionais alianças e à diversificação das opções, em boa parte devido ao inquinamento das relações com os tradicionais aliados. Foi assim em 1890, em que, na sequência do Ultimato Inglês, se tentou a aproximação à Alemanha e à França; em 1919, com a pouca consideração de Portugal enquanto potência vencedora, procuraram-se soluções no quadro da recém-criada SDN; no início da década de 1970, com o crescente isolamento no quadro da ONU buscaram-se apoios na África do Sul e Rodésia.

---

<sup>33</sup> Embora tenha ocorrido um reflexo imediato, logo em 1876, com a crise bancária que foi superada com a criação da Caixa Geral de Depósitos (Costa et al., 2011, p.477).

Na *Política Interna*, se é possível encontrar paralelismo na instabilidade provocada pela vertiginosa sucessão de governos no final da Monarquia e no final da Primeira República, o mesmo não é válido para o final do Estado Novo. Neste indicador não existe uma linha de continuidade.

Na *Dimensão Económica*, verifica-se que a percentagem do *PIB per capita* desceu em relação a um mesmo grupo de países desenvolvidos, no primeiro e segundo períodos, (14,43%, e 2,66%), mas no terceiro subiu 7,75%, não se identificando relação direta com os períodos de decadência. Já no que respeita à *Balança Comercial*, em 1910, o Estado Português apresentava a maior dívida externa dos estados europeus, em 1926 o *deficit* encontrava-se em curva ascendente e, em 1970-71 a dívida pública tinha triplicado em relação a 1960. Nos três casos, embora em graus diferentes, o Estado foi obrigado a implementar políticas de austeridade, residindo aqui uma linha de continuidade. A *Inflação* também apresentou um comportamento semelhante. No primeiro período, a desvalorização da moeda provocou um aumento generalizado dos preços; no segundo, o mecanismo foi semelhante, atingindo-se a maior taxa conhecida no país até então; no terceiro, embora mais moderada, a partir da crise mundial de 1973 a inflação começou a ser preocupante. Nos três períodos, o Governo foi incapaz de contrariar o problema, encontrando-se, neste indicador económico, nova linha de continuidade.

Na *Dimensão Social*, no indicador *Demografia*, verificou-se um crescimento populacional nos dois primeiros períodos, mas no terceiro período houve um ligeiro crescimento negativo, motivado essencialmente pela emigração. Esta esteve também sempre presente, para o Brasil, para África e para a Europa e América do Norte, respetivamente, em cada um dos períodos, constituindo uma linha de continuidade. No que respeita à *Educação e Cultura*, encontram-se linhas de continuidade na crítica política e social movida pelos intelectuais e na eclosão de novas ideologias. Em 1890-1910, a crítica está presente na literatura e imprensa, à semelhança do que ocorre em 1919-1926. Em 1968-1974, perante um regime em que vigora a censura, as manifestações críticas procuram outras vias, mas estão presentes: na música de intervenção, em alguma imprensa e literatura, por vezes clandestina. No campo das ideologias, o primeiro período permite a vitória do republicanismo, o segundo abre caminho para a entrada de movimentos como o comunismo e o fascismo e o terceiro, para além de ter implícita a ideia de democracia e sufrágio universal, abre portas à entrada de ideologias de esquerda. A linha de continuidade encontra-se no terreno fértil que a situação de decadência cria para a penetração de novas ideologias. No indicador *Contestação*, o período de 1890-1910

registou desordem urbana nos principais centros, acompanhada de manifestações estudantis universitárias, motivadas diretamente pela situação de crise vivida. Houve tentativas de rutura, destacando-se o pronunciamento de 31 de janeiro de 1891. O período de 1919-1926 teve greves, descontentamento popular e contestação estudantil, embora esta tenha ocorrido mais por motivos inerentes à própria organização da Universidade do que ao contexto político e social. Ocorreram tentativas de rutura, destacando-se a “Noite Sangrenta” de 1921 e a revolta militar de 18 de abril de 1926. O período de 1968-1974 conheceu greves e acesa contestação estudantil, tendo havido uma tentativa de rutura, o golpe de 16 de março de 1974. Existe uma linha de continuidade na contestação e em três formas de expressão: greves, manifestações e tentativas de rutura.

### **b. Características constantes no papel das Forças Armadas**

Procurar-se-á, agora, analisar os dados que permitam formular, nas conclusões, a resposta à PD 2: “Que características constantes se podem encontrar no papel das Forças Armadas nos períodos de decadência estudados?”. Os quadros apresentados adicionalmente, no Apêndice 3, sistematizam e complementam as características constantes encontradas e expostas a seguir.

Na *Dimensão Estratégica*, verificou-se que, na *Estratégia Operacional*, nos períodos de decadência estudados, houve emprego de forças, de todos os Ramos, no *Plano Externo*. Foi assim com as campanhas africanas de pacificação, com a participação, na Primeira Guerra Mundial, nos teatros africano e europeu e na Guerra do Ultramar. O emprego de forças no *Plano Interno* foi também uma constante, nos três períodos, por parte da Marinha, com responsabilidades a nível da manutenção da ordem na costa e portos, mas não o foi para o Exército que, com a passagem para a República, foi substituído pela GNR (embora tenha sido chamado a exercer funções neste âmbito, por várias vezes, ainda no segundo período).

No âmbito da *Estratégia Genética*, foram observadas a invenção e construção nacionais e a obtenção de meios no estrangeiro. Quanto à *Invenção e Construção Nacional* assistiu-se, entre 1890 e 1910, à construção de navios que constituiu cerca de  $\frac{1}{4}$  do total das aquisições do período. Ao mesmo tempo, foram implementadas inovações tecnológicas portuguesas ao armamento ligeiro adquirido no estrangeiro. Entre 1919 e 1926, a construção naval portuguesa continuou na proporção de  $\frac{1}{4}$  em relação à compra no estrangeiro e foi fabricado equipamento, com destaque para arreios e munições. Entre 1968

e 1974, houve construção nacional de meios navais e a produção de armamento ligeiro em grande escala.

Quanto à *Obtenção* de meios no estrangeiro, entre 1890 e 1910, estabeleceram-se programas de aquisição de meios navais e contratos que foram executados, embora em processos mais morosos do que o planeado. O armamento ligeiro do Exército foi adquirido na Áustria e na Alemanha. Entre 1919 e 1926, tendo-se atingido o “Zero Naval”, executou-se uma modernização lenta, chegando a ser vendidos navios ao mesmo tempo que se adquiriram outros. No armamento ligeiro não se conheceram evoluções na aquisição no estrangeiro desde a GG, tendo-se reinvestindo nesta área, já muito perto dos anos 1930. Entre 1968 e 1974, o plano de reequipamento da Marinha recorreu à aquisição no estrangeiro, nomeadamente nos meios para utilização na NATO. A aquisição de armamento ligeiro ao estrangeiro tinha ocorrido nos primeiros anos da guerra, estando o país, nesta altura, em condições de suprir as suas necessidades, através do fabrico nacional.

No cômputo geral, pode afirmar-se que as FA não deixaram, em nenhum período, de se reequipar, embora o tenham feito de forma limitada, lenta e incompleta. A construção naval é a grande característica constante no que respeita ao fabrico nacional de meios.

No âmbito da *Estratégia Estrutural*, em relação ao *Dispositivo*, verifica-se que em 1890-1910, a Marinha se encontrava centrada em Lisboa, com a maioria dos meios navais localizados no Ultramar. O seu efetivo aumentou em 20%, fruto das necessidades operacionais. Existiam dois “Exércitos”, um metropolitano e outro colonial, e o primeiro tinha a sua guarnição principal na capital e comandos disseminados por todo o país. O efetivo manteve-se inalterado. Em 1919-1926, a Flotilha foi afastada de Lisboa para Vila Franca de Xira, mas a proporção de meios localizados no Ultramar manteve-se. A redução de unidades navais implicou a redução do efetivo em cerca de 1000 homens. Continuavam a existir dois “Exércitos”, mas a organização era agora de modelo “miliciano”, conservando-se um número elevado de quadros em relação aos efetivos presentes em tempo de paz e o dispositivo territorial mantinha-se idêntico ao do período anterior. Em 1968-1974, tanto a Marinha como o Exército diferem dos períodos de decadência anteriores, mas não apresentavam modificações em relação ao dispositivo estabelecido em 1961, com a eclosão do conflito africano: a Marinha permanecia a operar no Ultramar, embora conservasse meios para manobras com a NATO e o Exército era só um, desde essa data, encontrando-se com o dispositivo distribuído pelos comandos territoriais na Metrópole e no Ultramar. O efetivo total das FA aumentou em cerca de 25 000 homens, devido à guerra em África. Quanto às características constantes, verificou-se que o

dispositivo da Marinha se manteve praticamente inalterado ao longo dos três períodos e que o Exército apresentou alterações em cada um dos períodos, embora o princípio da disseminação de comandos pelo território metropolitano se tenha mantido. A oscilação dos efetivos acompanhou as necessidades no âmbito da estratégia operacional e é por esta via que está relacionada com a conjuntura política.

A *Transformação* nas FA não ocorreu de forma semelhante, nem nos períodos, nem nos Ramos. Assim, em 1890-1910, a Marinha iniciou uma remodelação relacionada com a modernização dos meios e o Exército teve duas reorganizações, em 1884 e em 1899/1901<sup>34</sup>. Em 1919-1926, a Marinha reorganizou-se duas vezes, por motivos essencialmente administrativos internos (1921 e 1924) e o Exército sofreu uma reorganização em 1925, por motivos ligados à conjuntura política. Em 1968-1974, o Ministério da Marinha sofreu duas reorganizações e em 1968 foi promulgada uma nova lei do serviço militar que trouxe alterações à relação da sociedade com as FA. A característica constante é que, nos três períodos de decadência, ocorreram transformações nas FA, mas estas não representaram modificações profundas e só pontualmente estão relacionadas com a conjuntura de decadência (o Exército em 1925 e a lei do recrutamento em 1968).

Na *Dimensão Sociológica*, subdimensão *Profissão Militar*, os modelos de recrutamento sofreram alterações. Em 1890-1910, o recrutamento era feito através de voluntariado e das “sortes” em simultâneo. Entre os oficiais predominava a proveniência urbana. Em 1919-1926, apesar de vigorar o serviço obrigatório, uma parte significativa do contingente anual não era incorporada. Prevalencia a proveniência urbana do oficialato. Em 1968-1972, o serviço militar era obrigatório, tendo havido uma alteração legal, logo em 1968, que endurecia os termos e a duração do serviço. Neste período, a prevalência urbana não é tão notória como nos anteriores. Verifica-se, então, que existem características constantes nos dois primeiros períodos (parte significativa do contingente anual não incorporada e prevalência urbana dos oficiais), que não encontram paralelo no terceiro período.

No que respeita ao *Recrutamento*, verificam-se modelos diferentes nos três períodos, com recurso ao voluntariado e “sortes”, com possibilidade de pagamento de remissões no primeiro, serviço universal e obrigatório, mas mantendo-se as remissões no segundo e universal e obrigatório, mas sem remissões no terceiro. Dentro da categoria de oficiais assiste-se à prevalência urbana nos dois primeiros períodos, mas a uma diminuição desta

---

<sup>34</sup> Nenhuma delas foi cumprida na totalidade.

tendência no terceiro, associada ao prolongamento e intensidade do conflito africano. Neste indicador não se verificam características constantes, embora se reconheçam relações entre a Estratégia Operacional e o modelo de recrutamento implementado.

Quanto aos modelos de *Carreira*, no primeiro período, houve um aumento do quadro de oficiais e o Governo tentou impor modelos de progressão diferentes da tradicional antiguidade. A situação económica dos oficiais era de tal modo difícil, que estes se viam obrigados a procurar soluções de emprego autónomas. No segundo período assistiu-se a um novo empolamento dos quadros, como resultado da GG, a nova ingerência do Governo no sistema de progressão e a uma degradação do poder de compra dos oficiais. No terceiro período, aumentaram-se os quadros de complemento em todos os Ramos, tendo estes sido integrados nas mesmas carreiras dos oficiais provenientes das escolas militares. Assistiu-se também, embora não tão grave como nos períodos anteriores, à queda do poder de compra dos oficiais. As características constantes são transversais aos três períodos e assentam no aumento dos quadros, na existência de enquadramentos diferentes dentro da categoria de oficiais e no agravamento da situação financeira. Estes três fatores estão diretamente relacionados com os contextos de decadência vividos.

Na *Organização Militar*, o indicador *Coesão* apresenta duas características constantes. Uma, de agregação, relacionada com o *ethos* que, com alguns acrescentos, se mantém sensivelmente o mesmo nos três períodos e tem como valores fundamentais a lealdade, hierarquia, disciplina e coragem e que recebe uma dimensão cívica no segundo período (que não mais perderá). A outra linha, de degradação, deriva do desconforto dos oficiais provenientes das escolas militares em relação aos oficiais dos quadros de complemento que, uma vez integrados, beneficiam de regalias na carreira e que são, muitas vezes, inaceitáveis pelos primeiros.

No indicador *Subordinação*, só foi possível detetar instabilidade e problemas de fundo nas fileiras nos dois primeiros períodos, sempre motivados a partir do exterior.

Na *Relação Civil-Militar*, o indicador *Relação com o Poder Político* apresenta uma característica constante relacionada com o progressivo afastamento entre os militares e a classe governativa. Em 1890-1910, este processo ocorreu na Marinha, mantendo-se o Exército indiferente. Em 1919-1926, os campos da Flandres tinham já instilado um sentimento antirrepublicano nos combatentes que a tensão Governo-Exército de 1919-1921 veio agudizar. Em 1968-1974, tratou-se do cansaço da guerra, aliado a questões no âmbito das carreiras dos oficiais. Nos três casos, a parte das FA descontente com o Governo foi suficiente para provocar uma rutura que a outra parte não pôde, ou não quis impedir.

O indicador *Relação com a População* não permitiu a identificação de características constantes, sendo que cada período apresenta as suas especificidades, assentes na imagem da IM no seio das populações. Neste campo, as conjunturas política e social, com maior pendor para a segunda, parecem ser as dimensões que mais influência tiveram na relação das FA com a população.

### **c. Relação entre as linhas de continuidade nos períodos de decadência e o papel das Forças Armadas**

Identificadas as linhas de continuidade nos períodos de decadência e as características constantes no papel das FA, resta perceber em que medida a prevalência dos mesmos fatores conjunturais está na origem da manutenção de aspetos no papel das FA e também o oposto: se quebras de continuidade conjuntural nos períodos de decadência originam também respostas diferentes no papel das FA. Este subcapítulo analisa os dados conducentes à resposta à PD3: “Em que medida existe relação entre as linhas de continuidade nos períodos de decadência e as características constantes no papel das Forças Armadas?”. Os quadros apresentados adicionalmente, no Apêndice 3, sistematizam e complementam a relação entre as linhas de continuidade nos períodos de decadência e o papel das FA.

Quanto à *Estratégia Operacional*, apesar das dificuldades políticas, económicas e sociais vividas durante os períodos de decadência, Portugal desenvolveu empenhamento militar em operações fora do território nacional europeu, no sentido de atingir objetivos nacionais no contexto de cada época. Isto sugere que o empenhamento militar no plano externo é independente das dificuldades financeiras vividas nos contextos de crise ou decadência, desde que se considere que está em causa um objetivo nacional. Não existe uma relação “causa-efeito” entre a conjuntura de decadência e a intervenção externa mas existe, seguramente, uma relação que passa por, apesar da conjuntura vivida pelo país, se manter a prossecução dos interesses estratégicos. Acresce que a relação entre a política externa e o empenhamento militar não pode ser estabelecida de forma direta porque, se nos dois primeiros períodos, a intervenção externa se justifica devido à ameaça exercida por outros atores do SPI sobre as colónias portuguesas, no terceiro período as ameaças estão ligadas à autodeterminação. No plano interno, a intervenção das FA, no âmbito do quadro legal definido, manteve-se inalterada ao longo dos períodos estudados, sugerindo que este indicador não é afetado pela conjuntura de decadência.

Quanto à *Estratégia Genética*, nem a produção nacional, nem a obtenção de recursos materiais cessou em nenhum dos períodos de decadência estudados, tendo sido a política externa um fator catalisador deste processo. Existe, portanto, uma relação entre as linhas de continuidade na política externa verificadas em períodos de decadência e a constante verificada na obtenção de recursos materiais nas FA.

No âmbito da *Estratégia Estrutural*, por um lado, no que respeita ao dispositivo, apesar da presença de características constantes, não é possível estabelecer uma relação direta com as linhas de continuidade encontradas nos períodos de decadência. Por outro lado, os motivos pelos quais se efetuaram transformações são diversos, sendo obrigatório analisar cada caso *per si*. Há casos em que a relação com o período de decadência vivido é clara, como na reorganização do Exército em 1925, relacionada com a conjuntura política interna e a pressão dos QP do Exército sobre os democratas do Governo, bem como a lei do serviço militar de 1968, que deriva do esforço de guerra que estava a ser desenvolvido na altura, mas no seu conjunto não é possível estabelecer uma regra.

Do estudo da *Dimensão Sociológica* do papel das FA, verificou-se que o *Recrutamento* está diretamente relacionado com as necessidades operacionais de cada período e, portanto, só ligado à conjuntura de decadência, na medida em que o empenhamento operacional também o esteve. Interessa salientar que, em períodos de empenhamento operacional prolongado, a observação dos candidatos às escolas militares traduz uma maior incidência de cadetes de origem rural e uma redução daqueles com origem urbana. No entanto, parece ser forçado relacionar os modelos de recrutamento com os períodos de decadência. Já no que respeita à *Carreira*, existe uma grande relação com a conjuntura vivida. Os períodos de decadência tendem a ser mais exigentes para as FA do ponto de vista operacional e os QP não são suficientes para a resposta. O Estado interfere nas carreiras dos oficiais, quer introduzindo nelas quadros de complemento, quer interferindo diretamente nos sistemas de progressão implementados. Ao mesmo tempo, a conjuntura de decadência, na sua vertente económica, exige austeridade dos servidores do Estado e os militares veem o seu poder de compra reduzido. Estes fatores, associados, provocam descontentamento na categoria de oficiais que, como quadros superiores, condicionam toda a Instituição.

Na subdimensão *Organização Militar*, se o *ethos* das FA portuguesas não foi afetado, não tendo sofrido alterações, mas sim adições, já a conjuntura de decadência afetou a *Coesão* das FA através de processos que levaram o poder político a interferir no *status quo* da categoria de oficiais, ao introduzir, nas carreiras, elementos de proveniências diferentes

dos elementos das escolas militares. A *Subordinação* no seio das FA está relacionada com a conjuntura política vigente, sendo que os laços tendem a ser enfraquecidos pelo aproveitamento efetuado por forças políticas ou partidárias externas. Este enfraquecimento ocorreu nos dois primeiros períodos, mas não ocorreu no último, na mesma medida em que o sistema político vigente, nos dois primeiros, o propiciava, situação que não ocorreu no terceiro.

No que toca à *Relação Civil-Militar*, na *Relação com o Poder Político*, mais do que fatores económicos ou sociais, foi a forma como este lidou com as FA, nos três períodos, que provocou o progressivo afastamento dos militares, atingindo-se níveis de insubordinação que estiveram patentes nas ruturas que terminaram os regimes. Um dos sintomas do afastamento foi o associativismo militar. Na *Relação com a População*, não foi detetada uma ligação entre os períodos de decadência, sendo que cada conjuntura apresenta as suas especificidades. Não foi efetuado um estudo comparativo com outros países, mas a ausência de indicações respeitantes a distúrbios ou confrontos significativos entre as FA e a população são um indicador do relativo bom relacionamento com a IM. Isto poderá dever-se ao forte carácter popular das FA portuguesas, onde, ao contrário da maioria dos países europeus, não existe uma “casta” de oficiais de carreira proveniente da nobreza e o carácter de pendor “miliciano” do efetivo militar constitui uma amostra da sociedade.

## Conclusões

O procedimento metodológico utilizado na elaboração do presente trabalho, recorreu a três disciplinas - História, Estratégia e Sociologia. Até este ponto, os principais passos metodológicos consistiram em:

- Operacionalização de conceitos, com a exposição do método de investigação e detalhe do modelo conceptual utilizado, efetuados na Introdução;
- Investigação histórica, com a identificação e justificação dos períodos a estudar, no capítulo 1, e a obtenção de um conjunto sistematizado de dados, para cada período, sobre os indicadores estabelecidos, nos capítulos 2, 3 e 4;
- Análise dos dados obtidos através da investigação histórica, no capítulo 5.

A partir da análise efetuada no capítulo anterior, as presentes conclusões apresentam a síntese, dando respostas às três PD e, a partir destas, à PP.

A resposta à PD 1: “Quais as linhas de continuidade nos períodos de decadência ocorridos em Portugal entre 1851 e 2000?”, é dada afirmando que, face aos indicadores estudados, se encontram linhas de continuidade nos períodos de decadência em qualquer uma das três primeiras dimensões da conjuntura estudadas (política, económica e social), nomeadamente:

- Relação com períodos de crise económica na Europa;
- Busca de alternativas em relação às tradicionais alianças de cariz atlântico;
- Aumento da dívida pública e da inflação, levando à implementação de medidas de austeridade por parte do Governo, sem que este consiga contrariar a situação;
- Aumento do fluxo emigratório;
- Presença de crítica política e social nas artes e na imprensa;
- Penetração de novas ideologias.
- Contestação social materializada por greves, manifestações e tentativas de rutura.

No que respeita à PD 2: “Que características constantes se podem encontrar no papel das Forças Armadas nos períodos de decadência estudados?”, podem enunciar-se as seguintes:

- As FA não deixaram de ser empenhadas no plano externo;
- As FA não deixaram de ser empenhadas na segurança interna;
- As FA foram reequipadas, embora de forma limitada, lenta e incompleta;
- O dispositivo territorial não sofreu alterações significativas;

- Ocorreram transformações (reorganizações) nas FA, embora estas não tenham representado modificações profundas;

- Gerou-se instabilidade pela existência de enquadramentos diferentes dentro da categoria de oficiais, acompanhada do agravamento da situação financeira destes quadros;

- O *ethos* manteve-se assente nos valores da lealdade, hierarquia e disciplina, aos quais cada período acrescentou valores específicos;

- A coesão interna degradou-se, nomeadamente pelo desconforto dos oficiais QP oriundos das escolas militares;

- Teve lugar uma progressiva divergência de intenções entre as FA e a classe governativa.

A resposta à PD3, “Em que medida existe relação entre as linhas de continuidade nos períodos de decadência e as características constantes no papel das Forças Armadas?”, pode resumir-se nos seguintes pontos:

- A política externa seguida em períodos de decadência tem influência na estratégia genética, nomeadamente no que respeita à aquisição de recursos materiais;

- Os períodos de decadência potenciam a intervenção do Governo no *status quo* interno das FA, nomeadamente através da incidência de medidas de austeridade, enquanto servidores do Estado e da ingerência nas carreiras;

- O modelo de recrutamento está relacionado com o emprego operacional das FA, sendo que, em períodos prolongados, se nota uma redução da predominância da proveniência urbana dos oficiais, com aumento do efetivo de proveniência rural;

- A coesão das FA é degradada pelo desequilíbrio causado nas carreiras dos oficiais em períodos de decadência;

- A subordinação dentro das FA tem uma condicionante externa negativa muito forte, relacionada com a influência de forças políticas;

- Os períodos de decadência potenciaram a divergência entre as FA e o poder político em que um dos sintomas foi o surgimento do associativismo militar.

A resposta à PP “Em Portugal, qual o papel das Forças Armadas face às linhas de continuidade em períodos de decadência?” inicia-se pela afirmação de que só algumas linhas de continuidade, nos períodos de decadência, interferem diretamente no papel das FA, identificando-se:

- Face à linha de continuidade encontrada na Política Externa, de deterioração das alianças tradicionais e busca de opções noutros parceiros, o papel das FA é afetado, no

âmbito da Estratégia Genética – reequipamento. As proveniências dos recursos materiais alteram-se. O reequipamento é, também, afetado pela linha de continuidade encontrada na Balança Comercial: a situação financeira dos períodos de decadência só permite uma obtenção de recursos lenta e limitada;

- A linha de continuidade identificada na Política Interna assenta na atuação dos Governos que, face ao emprego operacional intenso das FA, se veem obrigados a interferir nas carreiras, nomeadamente dos oficiais, através de alterações aos sistemas de promoção, gerando desequilíbrios na progressão que afetam a coesão da IM e, ao mesmo tempo, potenciam o associativismo.

- Em relação à linha de continuidade encontrada na Contestação Social, o papel das FA reside na possibilidade de emprego, ou pelo menos ameaça de emprego, no âmbito da ordem pública.

O estudo efetuado permitiu verificar que o papel das FA em períodos de decadência é bastante mais amplo do que os fatores que são influenciados pela conjuntura. Foi, também, possível detetar aspetos do papel das FA que não se conseguem relacionar com as linhas de continuidade nos períodos de decadência, mas que se mantêm constantes, independentemente das nuances conjunturais. A estes fatores poder-se-ia chamar as “aspetos constantes independentes no papel das FA”:

- O empenhamento operacional externo e interno, legalmente atribuídos, prevalecem, independentemente da conjuntura de decadência, desde que na prossecução de objetivos nacionais;

- Como fator de coesão, no *ethos* das FA, prevalecem os valores da lealdade, hierarquia e disciplina;

- Um empenhamento operacional intenso e prolongado provoca a redução da origem urbana dos oficiais em favor de um aumento da origem rural.

Importante ainda referir um aspeto do papel das FA para o qual se consegue estabelecer uma relação com a conjuntura porque, apesar de não existirem linhas de continuidade entre diferentes períodos de decadência, é possível perceber com clareza uma relação “causa-efeito”. Trata-se da subordinação dentro das FA, que é afetada pela presença de forças políticas antagonistas, que procuram polarizar e atrair os militares para as suas ideologias.

O objetivo do presente trabalho consistiu em verificar a existência de características constantes no papel desempenhado pelas FA Portuguesas face às linhas de continuidade

em períodos de decadência ocorridos no nosso país. No entanto, do estudo efetuado, foi possível obter dados para além das linhas de continuidade, que permitem afirmar que o papel das FA nos períodos de decadência em Portugal deve ser entendido como a soma de três conjuntos de fatores: i) as características constantes no papel das FA relacionadas com linhas de continuidade nos períodos de decadência; ii) os aspetos constantes independentes do papel das FA e iii) as características das FA claramente relacionadas com a conjuntura sem que, no entanto, se verifiquem de continuidade nos períodos de decadência.

Quanto ao contributo para o conhecimento, não foi pretensão do estudo tecer considerações sobre o momento atual, por dois motivos: em primeiro lugar, apesar de ser possível identificar alguns sintomas, não é seguro que nos encontremos num período de decadência e, em segundo lugar, se tivesse sido tomada a atualidade como ponto de partida, correr-se-ia o risco das conclusões obtidas deixarem de ser válidas com o avançar do tempo. Deste modo é, por exemplo, expectável que o empenhamento operacional externo das FA catalise o reequipamento, porque assim aconteceu no passado, independentemente da conjuntura económica desfavorável; ou que a ingerência do poder político nos mecanismos internos das carreiras produza quebra de coesão e incentive o associativismo.

O contributo do presente estudo reside na possibilidade de, na presença de um indicador conjuntural de decadência em relação ao qual as FA desempenharam um papel análogo em diferentes momentos do passado, conferir referências acerca do papel expectável face a um indicador conjuntural de características semelhantes, no presente ou no futuro.

## **Bibliografia**

Amaral, L., 1998. Convergência e crescimento económico em Portugal no pós-guerra. *Análise Social*, Vol. XXXIII (148), pp.741-76.

Amaral, M., 2010. *A Constituição de 1822*. [Em linha] ArqNet Disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/const822.html> [Consult. 12 de janeiro 2012].

Baganha, M.I.B., 1994. As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, vol. XXIX (128), pp.959-80.

Baltazar, M.d.S., 2005. *As Forças Armadas Portuguesas: desafios numa sociedade em mudança*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Bobroff, P., n.d. *Naval History*. [Em linha] Disponível em: <http://navalhistory.flixco.info> [Consult. 10 de abril 2012].

Bonifácio, M.d.F., 2010. *A Monarquia Constitucional 1807-1910*. Alfragide: Texto Editores.

Buckingham, D.W., 1999. *The Warrior Ethos*. Newport, Rhode Island: Naval War College.

Campos, E.d., 1928. *Lázaro!.: Subsídios para a Política Portuguesa*. Porto: Typographia Mynerva.

Cann, J.P., 2005. *Contra-subversão em África: como os portugueses fizeram a guerra em África, 1961-1974*. Lisboa: Prefácio.

Carrilho, M., 1985. *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX: Para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Corvo, J.d.A., 1870. *Perigos - Portugal na Europa e no Mundo*. Reedição de 2005. Lisboa: Fronteira do Caos.

- Costa, L.F., Lains, P. & Miranda, S.M., 2011. *História Económica de Portugal: 1143 - 2010*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Couto, A.C., 1987. *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso*. Lisboa: IAEM.
- D.L. 236/99 de 25 de Junho, 1999. Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR). *Governo de Portugal*.
- Droz, B. & Rowley, A., 1991. *História do Século XX, 3º Volume*. Lisboa: D. Quixote.
- Faria, C.F.N., 1999. *Forças Armadas e Sociedade Portuguesa: 1926 -1928*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Ferreira, J.M., 1996. *O Comportamento Político dos Militares*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Ferreira, J.J.B., 2003. *A Inserção das Forças Armadas na Sociedade*. Lisboa: Hugin.
- Ferreira, J.M., 2004a. Os militares e o Regime do Estado Novo. In *Nova História Militar de Portugal, vol 4*. Lisboa: Círculo de Leitores. pp.301-10.
- Ferreira, J.M., 2004b. O Sidonismo e os Militares. In *Nova História Militar de Portugal, vol. 4*. Lisboa: Círculo de Leitores. pp.277-86.
- Ferreira, J.M., 2006. *Cinco Regimes na Política Internacional*. Lisboa: Editorial Presença.
- Harries-Jenkins, G. & Moskos, C., 1981. *Current Sociology. Armed Forces and Society*, Número Especial.
- Herman, A., 1997. *La idea de Decadencia en la Historia Occidental*. Barcelona: Andrés Bello.
- Lousada, A.A.P., 2007. *O Exército e a Ruptura da Ordem Política em Portugal: 1820-1974*. Lisboa: Prefácio.
- Marques, A.H.d.O., 1975. *História de Portugal desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Pinheiro de Azevedo, vol. II*. Lisboa: Palas Editores.

Martins, N.F. & Duarte, A.P., n.d. A Primeira República e sustentabilidade das finanças públicas portuguesas: uma análise histórico-económica.

Matos, L.S.d., 1997. As Forças Armadas portuguesas como elemento de um «Estado de Ordens» — sua situação em regime de sufrágio universal. *Análise Social*, vol XXXII, pp.405-18.

Matos, L.S.d., 2004a. República: Um "Corpo com Alma". In N.S. Teixeira & M.T. Barata, eds. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. pp.117-42.

Matos, L.S.d., 2004b. A Orgânica das Forças Armadas Portuguesas: Estado Novo. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. pp.143-88.

Megaglobal, 2009. *Liga dos Combatentes: Resenha Histórica*. [Em linha] Disponível em: [http://www.ligacombatentes.org.pt/organiza\\_ao/resenha\\_historica](http://www.ligacombatentes.org.pt/organiza_ao/resenha_historica) [Consult. 15 de março 2012].

Miliza, P., 1995. *As relações internacionais de 1871 a 1914*. Lisboa: Edições 70.

Nogueira, J.M.F., 2011. *O Método Geopolítico Alargado*. Lisboa: IESM.

Nunes, J.P.A., 1994. 1926-1974. In *História de Portugal em datas*. Lisboa: Temas e Debates. pp.305-83.

Parkinson, C.N., 1958. *The Evolution of Political Thought*. Boston: Houghton Mifflin.

Pereira, M.H., 1978. "Decadência" ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português. *Análise Social*, pp.7-20.

Pereira, J.A.R., 2010. *Marinha Portuguesa: Nove Séculos de História*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha.

Pinto, R.F.M., 2010. As Indústrias Militares e as Armas de Fogo. *Revista Militar*, 28 maio.

Ramos, R., Sousa, B.V.e. & Monteiro, N.G., 2009. *História de Portugal*. 4ª ed. Lisboa, Portugal: A Esfera dos Livros.

Riezu, J., 2011. *Decadencia: Síntomas y Causas en nuestro tiempo y otros ensayos*. Salamanca: Editorial San Esteban.

Rocha, E., 1984. Crescimento económico em Portugal nos anos de 1960-73: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho. *Análise Social*, vol. XX (84), pp.621-44.

Rodrigues, V.L.G., 1986. A decadência da Monarquia Constitucional Portuguesa : factores de afirmação do ideário republicano. *Revista da Universidade dos Açores*, pp.83-114.

Rodrigues, T.F., 2008. *História da População Portuguesa*. Porto: Afrontamento.

Rosas, F., 1994. *História de Portugal, Vol 7: O Estado Novo, Direcção de José Mattoso*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Rosas, F. & Amaral, L., 1994. A Agricultura e a Política Agrícola: o país que nós perdemos. In *História de Portugal, Vol. 7, Direcção de José Mattoso*. Lisboa: Círculo de Leitores. pp.431-50.

Rosas, F. & Martins, F., 1994. Portugal/Europa: uma inserção tardia e a "baixo nível". In *História de Portugal, Vol. 7, Direcção de José Mattoso*. Lisboa: Círculo de Leitores. pp.471-85.

S.A., 2006. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Santos, L.A., 2001. A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação. *Análise Social*, vo. XXXVI (158-159), pp.185-207.

Serrão, J.V., 1987. *História de Portugal (1890-1910), Vol. X*. Lisboa: Verbo.

Serrão, J.V., 1989a. *História de Portugal (1910-1926), vol. XI*. Lisboa: Verbo.

Serrão, J.V., 1989b. *História de Portugal (1910-1926), vol. XII*. Lisboa: Verbo.

Siebold, G.L., 2001. Core Issues and Theory in Military Sociology. *Journal of Political and Military Sociology*, Summer. pp.140-59.

Spengler, O. & Morente, M.G., 1998. *La decadencia de occidente: bosquejo de una morfología de la historia universal*. Madrid: Espasa Calpe.

Telo, A.J., 1980. *Decadência e Queda da I República Portuguesa, 1º volume*. Lisboa: Regra do Jogo.

Telo, A.J., 1984. *Decadência e Queda da I República Portuguesa, 2º volume*. Lisboa: A Regra do Jogo.

Telo, A.J., 2004. A Prioridade a África. In *Nova História Militar de Portugal, Vol. 4*. Lisboa: Círculo de Leitores. pp.463-509.

Telo, A.J., 2004. Tecnologia e Armamento. In N.S. Teixeira (dir) & M.T. Barata, eds. *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

Telo, A.J., 2005. O papel dos militares nas grandes mudanças em Portugal - Uma perspetiva de conjunto. *Nação e Defesa*, Inverno. pp.103-36.

Telo, A.J. & Álvares, M., 2004. *Armamento do Exército Português*. Lisboa: Prefácio.

Valente, V.P., 1980. *Estudos sobre a Crise Nacional*. Lisboa: INCM.

Vitorino, F.M., 1996. 1890-1926. In *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Temas e Debates. pp.233-303.

## **APÊNDICES**

## **Apêndice 1 - Corpo de Conceitos**

### **Crise de Valores**

Denominação genérica de um conjunto de sintomas de decadência, que se traduz pela negação da razão como faculdade específica e exclusiva do Homem e da filosofia e metafísica como fundamento dos valores, tendo como consequência a negação de princípios e ausência de convicções (Riezu, 2011, p.43).

### **Estratégia Estrutural**

Uma das três vertentes da Estratégia Geral Militar quanto à abordagem do desenvolvimento e aplicação da força, que tem por objetivo a deteção das potencialidades e vulnerabilidades das estruturas existentes a fim de determinar a eliminação, correção ou desenvolvimento das existentes ou ainda ou criação de outras estruturas (Couto, 1987, p.232).

### **Estratégia Genética**

Uma das três vertentes da Estratégia Geral Militar quanto à abordagem do desenvolvimento e aplicação da força, que tem por objeto a invenção, construção ou obtenção de novos meios para servir a Estratégia Operacional. Deve obedecer a um planeamento rigoroso das necessidades futuras face às ameaças previsíveis (Couto, 1987, pp.231-32).

### **Estratégia Operacional**

Uma das três vertentes da Estratégia Geral Militar quanto à abordagem do desenvolvimento e aplicação da força, que envolve a conceção e execução da manobra estratégica, determinando o modo como devem ser utilizados os meios existentes, atendendo às suas características e possibilidades, para se alcançarem os objetivos fixados (Couto, 1987, p.231).

### ***Ethos Militar***

Caráter ou valores próprios de uma instituição militar específica. O *Ethos* e a cultura organizacional são realidades muito próximas e representam o caráter, valores, comportamentos e atributos que a instituição desenvolveu ao longo do tempo, na perspetiva do melhor cumprimento da sua missão (Buckingham, 1999, p.4). Os aspetos como o código de honra, um certo particularismo no relacionamento de cada um dos setores das Forças Armadas com os outros e com a sociedade “civil” e a defesa do *status* profissional assumem especial importância (Carrilho, 1985, p.54).

### **Interesse Nacional**

Ver Objetivo Nacional.

### **Objetivo Nacional**

Objetivo a alcançar pela política, que expressa o que o Estado, tendo em vista os seus fins, entende como necessário ou desejável em relação a uma situação, região ou problema específicos. Também pode ser designado por “interesse nacional”. Do ponto de vista da sua importância, os objetivos políticos podem ser considerados “vitais”, “importantes” ou “secundários”. Os objetivos vitais estão relacionados com a sobrevivência nacional e implicam que o Estado recorra a todos os seus instrumentos de poder, militares e não militares para a sua consecução. Os objetivos importantes relacionam-se com os fins últimos da política, mas sem colocarem em causa a sobrevivência nacional, pelo que o Estado poderá recorrer ou não ao instrumento militar e, ao fazê-lo, normalmente é de forma limitada e proporcional ao objetivo em causa (Couto, 1987, p.66).

### **Organização Militar**

Sistema social aberto que se encontra em contínua interação com o contexto envolvente, reproduz de modo seletivo a estrutura ocupacional da sociedade mas tem a capacidade de adotar decisões de modo relativamente autónomo, quer face à restante administração pública, quer em relação à sociedade em que se insere (Baltazar, 2005, p.51).

### **Profissão Militar**

Tipo de atividade que é praticado por aquele que faz a gestão da violência organizada. Envolve um conjunto de características de natureza teórica e prática, que se relacionam com o grau de autonomia e controlo do exercício da atividade, a peculiar ética do grupo profissional e o sentido corporativo dos seus membros (Baltazar, 2005, p.56).

### **Relações Civis-Militares**

Área de atuação da Sociologia Militar cujo estudo incide sobre duas vertentes: a relação entre as Forças Armadas e o Estado, desenvolvida pela Ciência Política e a relação entre a Instituição Militar e a sociedade envolvente, própria da abordagem sociológica (Baltazar, 2005, p.71).

## Apêndice 2 - Linhas de Continuidade nas conjunturas Política, Económica e Social

<b>Indicador CP1: Política Externa</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Distanciamento da aliança com a Grã-Bretanha e abertura a outras opções.	Ultimato Inglês. Questões coloniais. Necessidade de liberdade de ação.	Utilização de opções diversas no quadro da SDN.	Manutenção do Império Colonial. Participação na GG não colheu dividendos esperados. Necessidade de liberdade de ação.	Procura de outras opções na Rodésia e África do Sul	Limitações à opção ultramarina por parte da ONU e NATO. Necessidade de liberdade de ação.
<b>Linha de Continuidade:</b> Afastamento da tradicional opção atlântica e busca de outras soluções nas relações internacionais (RI).					
<b>Relação com os períodos de decadência:</b> Nos três ocasiões, os motivos são fatores apontados como sintomas da decadência. O quadro internacional de alianças era hostil às intenções nacionais pelo que se tornou necessária a busca de outras vias.					
<b>Dedução/ Conclusão:</b> Nos três períodos de decadência estudados, as alianças com Inglaterra (e com os EUA, no último período), tornaram-se adversas à prossecução dos interesses nacionais, pelo que Portugal se viu obrigado a procurar outras vias. Não se tratou, em nenhum dos casos, de uma busca por uma melhor opção entre boas opções, mas de uma mudança de orientação devido à aliança tradicional não constituir solução.					

<b>Indicador CP2: Política Interna</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Instabilidade política.	Rotatividade de Governos.	Instabilidade política.	Alternância de Governos.	Estabilidade Política.	Governo do Estado Novo.
<b>Linha de Continuidade:</b> Há alguma semelhança entre os dois primeiros períodos, mas não se verifica o mesmo sintoma no terceiro período.					
<b>Relação com os períodos de decadência:</b> Nos dois primeiros períodos, a instabilidade política e a grande alternância de governos, são sintomas de decadência. No terceiro período é difícil estabelecer uma relação.					
<b>Dedução/ Conclusão:</b> A situação política interna foi semelhante nos dois primeiros períodos e as ruturas estão associadas à instabilidade. Este comportamento do indicador “Política Interna” é relevante para comparação com os indicadores do “Papel das FA” em que haja coincidência de comportamento nos dois primeiros períodos e não exista no terceiro.					

<b>Indicador CE1: PIB per capita em relação à média europeia</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Descida de 14,43%	Crise económica e financeira.	Descida de 2,66%	Crise económica e financeira.	Subida de 7,75%	Modernização da estrutura da economia.
<b>Linha de Continuidade:</b> Há alguma semelhança entre os dois primeiros períodos, mas não se verifica o mesmo sintoma no terceiro período.					
<b>Relação com os períodos de decadência:</b> Nos dois primeiros períodos, Portugal viveu crises económicas e financeiras com impacto no PIB.					
<b>Dedução/ Conclusão:</b> O comportamento do indicador foi semelhante nos dois primeiros períodos e o terceiro período configurou uma tendência oposta. Este comportamento do indicador PIB per capita em relação à média europeia é relevante para a comparação com os indicadores do papel das FA em que haja coincidência nos dois primeiros períodos e não exista no terceiro.					

<b>Indicador CE2: Balança Comercial</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Maior dívida externa dos estados europeus e ascendente.	Insustentabilidade do sistema português.	Dívida Pública em curva ascendente.	Incapacidade de Governação Económica consistente.	Dívida pública ascendente.	Guerra de África e recurso a crédito externo para o II Plano de Fomento.
<b>Linha de Continuidade:</b> Dívida pública elevada e em subida nos três casos, incapacidade do poder político para reverter o processo, introdução de medidas de austeridade.					
<b>Relação com os períodos de decadência:</b> Um dos fatores das crises económicas e financeiras vividas nos três períodos.					
<b>Dedução/ Conclusão:</b> Nos três períodos de decadência estudados, existiu crise financeira, em que a dívida externa foi um fator sempre presente, e com o qual o poder político revelou incapacidade para lidar. Entre as medidas de austeridade financeira, foram comuns aos três períodos o aumento de impostos e a redução de vencimentos dos servidores do Estado.					

<b>Indicador CE3: Inflação</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Inflação presente.	Produção deliberada de moeda fiduciária e inflação do crédito bancário.	Maior taxa de inflação conhecida até então.	Desvalorização da moeda acelerada pela GG e crise económica internacional.	Inflação moderada, acelerando a partir de 1973.	Crise internacional. Perda de competitividade da economia portuguesa.
<b>Linha de Continuidade:</b> Nos três períodos estudados, a inflação foi um fator sempre presente e assistiu-se à incapacidade governativa para reverter a tendência.					
<b>Relação com os períodos de decadência:</b> A subida generalizada dos preços é um dos fatores inerentes às crises económicas vividas em Portugal em cada um dos períodos, existindo uma relação com a conjuntura de decadência, constituindo-se este indicador como um dos sintomas.					
<b>Dedução/ Conclusão:</b> A inflação esteve presente nos três períodos, provocou uma diminuição do poder de compra dos portugueses, com implicações sociais que têm relação com outros fatores como o indicador <i>Contestação</i> . Nos três períodos, o Governo não consegue reverter a tendência inflacionista.					

<b>Indicador CSI: Demografia</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Crescimento populacional.	Descida da taxa de mortalidade.	Crescimento Populacional.	Descida da taxa de mortalidade, aumento da taxa de nupcialidade e redução da idade de casamento.	Crescimento negativo.	Emigração.
Emigração.	Condições de vida. Destino: Brasil.	Emigração.	Condições de vida. Destino: África.	Emigração.	Condições de vida e fuga à incorporação. Destino: Europa e América do Norte.
<b>Linha de Continuidade:</b> O fluxo para os grandes centros urbanos, nomeadamente Lisboa e Porto e o fluxo emigratório, embora para destinos diferentes em cada época.					
<b>Relação com os períodos de decadência:</b> O gráfico da emigração nos últimos 150 anos mostra que nos períodos estudados se assiste a um aumento do fluxo emigratório, durante o período, baixando logo em seguida.					
<b>Dedução/ Conclusão:</b> A linha de continuidade no fluxo emigratório dos portugueses, estádiretamente relacionada com os períodos de decadência.					

<b>Indicador CS2: Educação e Cultura</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Crítica na literatura e imprensa	Conjuntura Política.	Crítica na literatura e imprensa	Conjuntura política.	Crítica possível na literatura e imprensa e procura de outras vias (música de intervenção, imprensa clandestina)	Conjuntura política. Censura.
Novas ideologias: Republicanismo	Reflexo de europeização.	Novas ideologias: Fascismo e comunismo	Reflexo de europeização.	Novas ideologias: Democracia e sufrágio universal, catolicismo progressista, radicalizações de esquerda.	Reflexo das correntes revolucionárias do período, no mundo.
<b>Linha de Continuidade:</b> Encontram-se linhas de continuidade na crítica política e social movida pelos intelectuais e na eclosão de novas ideologias.					
<b>Relação com os períodos de decadência:</b> As características políticas dos períodos de decadência suscitam a crítica por parte dos setores intelectuais, ao mesmo tempo que abrem caminho à eclosão de novas ideologias.					
<b>Dedução/ Conclusão:</b> A situação política dos períodos de decadência é geradora de terreno fértil para a crítica política e social, frequentemente associada a ideologias inovadoras para Portugal, que se pretendem detentoras da solução para os problemas vividos.					

<b>Indicador CS3: Contestação</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Desordem urbana. Greves. Manifestações estudantis universitárias.	Crise política, económica e financeira.	Descontentamento popular. Greves e contestação estudantil.	Crise política, económica e financeira.	Greves. Contestação estudantil.	Guerra em África, situação política e Inflação.
Tentativas de rutura.	Situação Política.	Tentativas de rutura.	Situação Política.	Tentativas de rutura.	Situação Política.
<b>Linha de Continuidade:</b> Existem linhas de continuidade na contestação e em três formas de expressão: greves, manifestações e tentativas de rutura.					
<b>Relação com os períodos de decadência:</b> A situação de crise económica e financeira e a situação política interna são os catalisadores das manifestações públicas de descontentamento e das tentativas de rutura.					
<b>Dedução/ Conclusão:</b> Os períodos de decadência foram períodos de contestação social em vários setores, dos quais se destacam a comunidade estudantil universitária e o setor operário. Ao mesmo tempo, todos os períodos apresentaram tentativas de rutura falhadas, como indícios das ruturas que se lhes seguiram e que acabaram por determinar o fim dos regimes.					

### Apêndice 3 - Características constantes no Papel das Forças Armadas e relação com a Conjuntura Política, Económica e Social

<i>Indicador EO1: Emprego de Forças no Plano Externo</i>					
1890-1910	Motivo	1919-1926	Motivo	1968-1974	Motivo
Pacificação das Colónias.	Afirmação colonial (soberania).	Grande Guerra*.	Afirmação colonial (soberania).	Guerra em África.	Afirmação colonial (soberania).
<b>Caraterísticas Constantes:</b> Em todos os períodos, as FA estiveram empenhadas em operações no plano externo, ou seja, fora do território nacional europeu (metropolitano).					
<b>Relação com a conjuntura Política, Económica e Social:</b> A conjuntura política externa conduziu a que Portugal tivesse necessidade de se empenhar militarmente para afirmar a sua soberania sobre os territórios ultramarinos tendo, em apoio da sua estratégia, procurado apoios externos em vias diferentes das tradicionais, sempre que estas não ofereceram solução (relação com indicador CP1). A conjuntura política externa sobrepôs-se à interna, uma vez que, não se encontrando linhas de continuidade no indicador CP2, o empenhamento externo ocorreu nos três períodos. O impacto do empenhamento militar externo nos fatores económicos foi mitigado nos três períodos, tendo o Estado conseguido obter recursos financeiros extraordinários: subvenções públicas e pagamento remissões ao serviço militar no primeiro período, apoio financeiro britânico no segundo e utilização dos recursos ultramarinos no terceiro. O empenhamento militar externo teve impacto nos indicadores sociais estudados, destacando-se, no terceiro período, o efeito nos indicadores Demografia (CS1) e Contestação (CS3). No primeiro, parte do fluxo emigratório está relacionado com a fuga à incorporação militar e no terceiro um dos motivos da contestação foi o prolongamento da guerra. O impacto no indicador Educação e Cultura (CS2) é mais ou menos constante nos três períodos, estando a intervenção militar externa omnipresente na crítica.					
<b>Dedução /Conclusão</b> Portugal, apesar das dificuldades políticas, económicas e sociais vividas durante os períodos de decadência, desenvolveu empenhamento militar em operações fora do território nacional europeu, no sentido de atingir objetivos nacionais no contexto de cada época. Isto sugere que o empenhamento militar no plano externo é independente das dificuldades financeiras vividas nos contextos de crise ou decadência, desde que se considere que está em causa um objetivo nacional.					
*O empenhamento na Grande Guerra não teve lugar no período estudado, mas é uma das causas de decadência do período.					

<i>Indicador EO2: Emprego de Forças no Plano Interno</i>					
1890-1910	Motivo	1919-1926	Motivo	1968-1974	Motivo
Marinha.	Atribuições legais normais	Marinha.	Atribuições legais normais	Marinha.	Atribuições legais normais
Exército.	Atribuições legais normais, incluindo ações e demonstrações em defesa do regime.	Exército.	Intervenção contra a “Monarquia do Norte” e na revolta de 1925.	O Ministro da Defesa afirma a responsabilidade do Exército na manutenção da ordem pública.	Não foi efetivada no período, mas foi utilizada como arma política.
<b>Caraterísticas Constantes:</b> As FA intervieram no plano interno, nos três períodos, no quadro das missões atribuídas, somente no que respeita à Marinha.					
<b>Relação com a conjuntura Política, Económica e Social:</b> A conjuntura política em nada alterou o emprego de forças no Plano Interno quando o empenhamento se encontrou no âmbito das atribuições legais normais. No entanto, nos dois períodos estudados em que houve clara instabilidade política interna, o Exército foi chamado a intervir. As conjunturas económica e social têm relação direta com a intervenção do Exército no plano interno nos dois primeiros períodos, mas não no terceiro.					
<b>Dedução/ Conclusão:</b> A intervenção das FA no plano interno, no âmbito do quadro legal definido, manteve-se inalterada ao longo dos períodos estudados, sugerindo que este indicador não é afetado pela conjuntura de decadência, embora se tenha recorrido ou considerado recorrer ao Exército na manutenção da ordem pública. O recurso às FA na ordem pública estava previsto nos três períodos, mas não se verificou continuidade no empenhamento real das forças.					

<b>Indicador EGI: Invenção e Construção</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Construção naval nacional	Equilíbrio entre aquisição e construção/ incentivo à indústria naval portuguesa.	Construção naval nacional	Equilíbrio entre aquisição e construção/ incentivo à indústria naval portuguesa	Construção naval nacional	Boicote internacional
Adaptações e inovações nacionais no armamento ligeiro	Aproveitamento do material adquirido, atualizando-o	Produção nacional de equipamento, arreios e munições.	Limites à produção de armamento.	Produção nacional de armamento ligeiro	Boicote internacional
<b>Caraterísticas Constantes:</b> Construção naval nacional.					
<b>Relação com a Conjuntura Política, Económica e Social</b> Nos três períodos, a obtenção de recursos materiais envolveu o fabrico nacional, com o consequente impacto económico e social.					
<b>Dedução/ Conclusão</b> A característica constante é a construção naval nacional, que nos dois primeiros períodos ocorre na proporção de cerca de ¼ em relação à aquisição de meios navais no estrangeiro tendo, no terceiro período, aumenta o peso da construção naval nacional. O fabrico nacional de outros meios conheceu formas diferentes (modificações ao armamento no primeiro período, produção somente de equipamento e munições no segundo e produção de armamento ligeiro em larga escala no terceiro).					

<b>Indicador EG2: Obtenção</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Renovação da Esquadra: aquisição no estrangeiro de ¾ dos meios.	Material obsoleto, aquém das potências europeias e produção e tecnologia nacionais insuficientes.	Modernização (lenta), alternada com a venda de navios..	Zero Naval. Material obsoleto e insuficiente.	Reequipamento (lento). Aquisição de meios complexos (aeronaves e meios pesados)	Prioridades para África cujos meios necessários eram reduzidos. Necessidade de acompanhar a NATO.
<b>Caraterísticas Constantes:</b> Nos três períodos, recorreu-se à aquisição no estrangeiro de meios e equipamento, embora sempre com limitações.					
<b>Relação com a Conjuntura Política, Económica e Social:</b> No âmbito dos indicadores políticos, nos três períodos foi a política externa que motivou a necessidade de obtenção de recursos materiais. A Economia teve impacto na obtenção de Recursos Materiais na medida em que os projetos de reequipamento evoluíram de forma mais lenta do que o previsto inicialmente e, por vezes, o plano não foi cumprido na íntegra.					
<b>Dedução/ Conclusão</b> A obtenção de recursos materiais não cessou em nenhum dos períodos de decadência estudados, tendo sido a política externa um fator catalisador deste processo. Existe, portanto, uma relação entre as linhas de continuidade na política externa verificada em períodos de decadência e a constante comum verificada na obtenção de recursos materiais nas FA.					

<b>Indicador EEI: Dispositivo</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Marinha concentrada em Lisboa com a maioria dos meios no Ultramar.	“Diplomacia da Canhoneira”.	Flotilha afastada de Lisboa para VF Xira, com a maioria dos meios no Ultramar.	Flotilha afastada para reduzir a influência sobre a capital.	Marinha opera no Ultramar e conserva meios para operar com a NATO.	Unidades navais no âmbito da NATO são mais robustas.
Exército Metropolitano e Colonial e comandos disseminados pelo país.	Necessidade de autonomia colonial.	Exército Metropolitano do tipo “miliciano” e Colonial à custa de efetivo indígena.	Reorganização da República.	Exército unificado, projetado no Ultramar e com comandos disseminados pelo país e territórios ultramarinos.	Guerra de África.
Marinha aumentou efetivo em 20%.	Necessidade de operar mais meios no Ultramar.	Redução do efetivo em cerca de 1000 homens.	Venda de unidades navais.	Aumento do efetivo das FA em cerca de 25 000 homens.	Guerra de África.
Exército manteve o efetivo em 30 000.	Efetivo suficiente para a Metrópole. A pacificação das colónias era à custa de indígenas.	Aumento de praças a partir de 1922.	Redução do efetivo da GNR.		
<b>Caraterísticas Constantes:</b> O dispositivo da Marinha manteve-se praticamente inalterado ao longo dos três períodos.					

O dispositivo do Exército apresentou alterações em cada um dos períodos, embora o princípio da disseminação de comandos pelo território metropolitano se tenha mantido.

**Relação com a conjuntura Política, Económica e Social**

Consoante a ocasião, tanto a política externa como a interna influíram nas alterações de dispositivo. A transferência dos meios da Marinha para Vila Franca de Xira, no segundo período, assim como a reorganização do Exército preconizada pela República, logo em 1911, devem-se, sobretudo, a questões de política interna. Já a dedicação de meios para operar no âmbito da NATO, no terceiro período revela o impacto da política externa.

**Dedução/ Conclusão**

Apesar da presença de aspetos comuns, não é possível estabelecer uma relação direta com as linhas de continuidade encontradas nos períodos de decadência e as características constantes detetadas neste indicador.

<b>Indicador EE2: Transformação</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Marinha inicia remodelação relacionada com os meios.	Meios obsoletos.	Marinha tem duas reorganizações administrativas.	Funcionamento interno da Marinha.	Marinha: Ministério sofreu duas reorganizações.	Integração do Corpo de Fuzileiros e motivos de funcionamento interno.
Exército reorganização de 1884 e 1899/1901.	1884: necessidade de defesa face a Espanha; 1889: tentativa do modelo miliciano.	Plano de reorganização em 1925, que só o Estado Novo efetivou.	Conjuntura política interna, integração da Aeronáutica e insatisfação do QP.	Promulgada nova lei do Serviço Militar, transversal a todos os Ramos.	Efetivo para a guerra do Ultramar estava a ser insuficiente.
<b>Caraterísticas Constantes:</b> As FA sofreram reorganizações em todos os períodos estudados.					
<b>Relação com a conjuntura Política, Económica e Social</b> No primeiro período, as transformações de ambos os Ramos estão relacionadas com estímulos derivados da política externa, sendo que no caso da Marinha existe uma implicação estrutural diretamente relacionada com a Estratégia Genética.					
<b>Dedução/ Conclusão</b> Os motivos pelos quais se efetuaram transformações são diversos, sendo obrigatório analisar cada caso <i>per si</i> . Nalguns casos, a relação com o período de decadência vivido é mais clara, como na reorganização do Exército em 1925, relacionada com a conjuntura política interna e a pressão dos QP do Exército sobre os democratas do Governo, bem como a lei do serviço militar de 1968, que deriva do esforço de guerra que estava a ser desenvolvido na altura. No entanto, não é possível estabelecer uma relação direta entre as linhas de continuidade estudadas nos períodos de decadência e as transformações e reorganizações das FA.					

<b>Indicador PMI: Recrutamento</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Voluntariado e “Sortes” em simultâneo. Existência de Remissões.	FA não necessitavam de todo o efetivo disponível, ficando com os de mais baixa condição (que não podiam pagar remissões).	Serviço Militar universal e obrigatório, mas só 1/5 do contingente era incorporado. Sistema de “sortes”.	FA não conseguiam absorver todo o contingente.	Serviço Militar universal e obrigatório sem sistema de remissões.	Dispositivo volumoso exigido pela Guerra em África.
Proveniência urbana dos oficiais predominante.		Proveniência urbana dos oficiais predominante.		Prevalência urbana dos oficiais menos notória.	
<b>Caraterísticas Constantes:</b> Não existe uma característica constante, mas nos dois primeiros períodos, verifica-se a ausência de aproveitamento da totalidade do contingente anual, ao mesmo tempo que se verifica uma maior prevalência nos oficiais provenientes dos meios urbanos.					
<b>Relação com a conjuntura Política, Económica e Social</b> As diferenças encontradas entre os dois primeiros períodos e o terceiro período estão relacionadas com a política interna e com a tipologia de operações militares desenvolvidas no terceiro período (estratégia operacional), que envolviam a necessidade de um efetivo muito maior do que nas duas primeiras ocasiões. No âmbito da conjuntura social, deteta-se uma relação direta entre o fluxo emigratório e o sistema de recrutamento implementado, existindo referências no caso do primeiro período, mas bastante mais clara no caso do terceiro.					
<b>Dedução/ Conclusão</b> O modelo de recrutamento está diretamente relacionado com as necessidades operacionais de cada período.					

<b>Indicador PM2: Carreira</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Aumento do efetivo QP no Exército.	Tentativa de apaziguamento por parte do poder político.	Empolamento dos quadros, quer permanentes, quer de complemento.	Herança da GG, após a qual muitos quadros permaneceram.	Aumento dos quadros de complemento em todos os Ramos.	Guerra em África.
Governo tenta impor outros modelos de progressão diferentes da antiguidade, sendo mal recebido pelos militares.	A alteração do sistema afetaria o <i>status quo</i> estabelecido na IM.	Instabilidade na progressão na carreira e ingerência no processo por parte do poder político.	A GG tinha provocado uma grande quantidade de quadros que permaneceram nas fileiras.	Integração dos quadros de complemento nas carreiras de oficiais, ultrapassando os oficiais da AM.	Insuficiência de QP para a Guerra em África.
Situação económica dos oficiais é deplorável. Estes buscam soluções de emprego autónomas.	Queda do poder de compra relacionada com a crise económica.	Poder de compra dos oficiais bastante degradado.	Caiu com o início da GG e, em 1923, o aumento recebido não compensou os 70% de quebra sofridos desde 1914.	Queda do poder de compra dos oficiais.	Inflação.
<p><b>Caraterísticas Constantes:</b>  Aumento do efetivo dos oficiais em todos os períodos;  Ingerência do Governo no modelo de progressão na carreira e na introdução dos quadros de complemento na mesma carreira dos oficiais provenientes das escolas militares;  A situação económica dos oficiais é má, acompanhando o estado económico-financeiro do país, mas em que, pelo menos nos dois primeiros períodos, atingiram-se níveis extremamente baixos, levando os oficiais à procura de emprego adicional.</p>					
<p><b>Relação com a conjuntura Política, Económica e Social</b>  A queda do poder de compra dos oficiais está diretamente relacionada com a conjuntura económica.  A integração dos quadros de complemento nas carreiras, concedendo-lhes benefícios, e a ingerência do poder político nos sistemas de promoção das FA estão diretamente relacionados com a conjuntura de decadência, nomeadamente com o emprego operacional das FA, que obrigou o Estado a recorrer a medidas extraordinárias para garantir o efetivo necessário.</p>					
<p><b>Dedução/ Conclusão</b>  Há uma grande relação entre os modelos de carreira e a conjuntura vivida. Os períodos de decadência tendem ser mais exigentes para as FA do ponto de vista operacional e os QP não são suficientes para a resposta. O Estado intervém nas carreiras dos oficiais quer introduzindo nelas quadros de complemento, quer interferindo diretamente nos sistemas de progressão na carreira implementados. Ao mesmo tempo, a conjuntura de decadência, na sua vertente económica, exige austeridade dos servidores do Estado e os militares vêem o seu poder de compra reduzido. Estes fatores, associados, provocam descontentamento entre a categoria de oficiais.</p>					

<b>Indicador OMI: Coesão</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
<i>Ethos</i> : lealdade, hierarquia e disciplina.	Código de valores que distinguia a IM de todas as outras instituições.	<i>Ethos</i> : lealdade, hierarquia, disciplina e componente cívica.	Introdução da componente cívica pela República.	<i>Ethos</i> : lealdade, coragem, disciplina e hierarquia.	Defesa do Ultramar era a defesa da Pátria.
Mal-estar entre oficiais subalternos.	Acesso aos postos de alferes e tenente de elementos sem habilitações via carreira colonial.	Mal-estar em relação aos milicianos.	Disposições legislativas que aproximam os milicianos dos oriundos das Escolas Militares.	Mal-estar em relação aos milicianos.	Disposições legislativas que aproximam os milicianos dos oriundos das Escolas Militares.
Desigualdade de oportunidades.	Exercício de influências é prática comum.	Rivalidades inter-armas.	Criação de novos serviços, como a Aeronáutica.	Redução do “espírito de corpo”	Isolamento dos QP entre si em sucessivas colocações no Ultramar.
<p><b>Caraterísticas Constantes:</b>  <i>Ethos</i> assente na lealdade, disciplina e hierarquia;            Mal-estar na categoria de oficiais entre os oriundos das escolas militares e os quadros com outras proveniências, de cariz miliciano;            Clivagens derivadas de fatores circunstanciais.</p>					
<p><b>Relação com a conjuntura Política, Económica e Social</b>            Distinguem-se claramente os fatores de coesão dos fatores de cisão. Uma vez que os fatores de coesão dizem respeito à permanência do <i>ethos</i>, e este não é influenciado pela conjuntura, pode afirmar-se que são os fatores de cisão aqueles de estão relacionados com as diferentes conjunturas. Um dos fatores de cisão nas FA é o mal-estar gerado entre oficiais oriundos das escolas militares e os oficiais com outras proveniências. É uma constante que tem origem nas necessidades operacionais e que acaba por levar o poder político a interferir nas carreiras dos militares de modo a garantir compensações para os oficiais que, não sendo oriundos das escolas militares, tiveram contributo significativo em campanha. Por conseguinte, embora a relação não seja sempre linear, existe ligação à conjuntura política. Há ainda fatores de cisão circunstanciais, como a corrupção vigente no primeiro período, que encontra paralelo nas FA, as frequentes insubordinações do segundo período e a “redução do espírito de corpo” do terceiro. Estes encontram relação direta com sintomas do contexto de decadência, embora por razões diferentes em cada período.</p>					
<p><b>Dedução/ Conclusão</b>            O <i>ethos</i> das FA portuguesas não foi afetado pelas conjunturas de decadência, não tendo sofrido alterações na sua essência mas sim adições. A conjuntura de decadência afetou a coesão das FA através de processos que levaram o poder político a interferir no <i>status quo</i> da categoria de oficiais, ao introduzir nas carreiras elementos de proveniências diferentes dos elementos das escolas militares. Circunstancialmente há, em cada período, outros fatores que afetam a decisão.</p>					

<b>Indicador OM2: Subordinação</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Separação entre os oficiais que lidam e não lidam diretamente com as praças. Soldado é considerado “carne para canhão” .	Recrutamento feito entre as camadas mais desfavorecidas da sociedade.	O dever de obediência só existe em relação a atos de serviço.	Legislação da República.	<i>Não foi possível detetar cisões significativas que permitissem inferir problemas de subordinação nas fileiras das FA.</i>	
Influência dos Republicanos sobre os sargentos do Exército.	Modo de penetração da ideologia republicana num Exército menos permeável do que a Marinha.	Influência dos democráticos na cisão entre sargentos e oficiais do Exército.	Contributo para a manutenção do Exército numa instabilidade favorável ao governo.		
<p><b>Caraterísticas Constantes:</b>            Só foi possível detetar instabilidade e problemas de subordinação nas fileiras nos dois primeiros períodos.</p>					
<p><b>Relação com a conjuntura Política, Económica e Social</b>            O facto de só existirem dados claros de cisão hierárquica no seio das FA, nomeadamente entre os sargentos e os oficiais, respeitantes aos dois primeiros períodos, sendo que em ambos os casos a cisão foi provocada por forças políticas ou aparelhos partidários, indicia que os problemas de subordinação nas FA têm origem exterior à IM. A não deteção de problemas profundos no terceiro período reflete que a situação política do Estado Novo fez com que, durante a maior parte do tempo, as FA apoiassem o Estado, não tendo havido influência de forças políticas como nos períodos anteriores.</p>					
<p><b>Dedução/ Conclusão</b>            A subordinação no seio das FA está relacionada com a conjuntura política vigente, sendo que os laços de subordinação tendem a ser enfraquecidos pelo aproveitamento efetuado por forças políticas ou partidárias externas.</p>					

<b>Indicador RCM1: Relação com o Poder Político</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Marinha nutria muita animosidade em relação ao poder político.	Ramo que recebia menos atenção.	Sentimentos antirrepublicanos e tensão entre o Governo e as FA.	Derivado da experiência da GG.	Dificuldade do Governo manter a adesão ideológica dos militares.	Prolongamento do conflito.
Associativismo: Cooperativas Militares.	Situação económica dos oficiais.	Associativismo: Liga dos Combatentes	Necessidade de defesa de interesses dos combatentes.	Associativismo: MFA	Descontentamento dos QP.
PRP introduziu ideologia na Marinha e nos sargentos e praças do Exército.	Tentativa de mobilização da força militar para a causa republicana.	Militares divididos em três grupos ideológicos.	Partidos políticos chegavam a argumentar as medidas que pretendiam implementar com base no nº de unidades que as apoiavam.	Não existe uma nítida ou generalizada influência ideológica de partidos políticos nos militares.	Partido único no poder e, durante quase toda a década de 1960, as FA eram favoráveis à guerra.
“Movimento Africanista” apresenta proposta de solução da crise governativa.		A instituição militar assume, gradualmente, uma postura politizada independente.	Autonomização em relação a linhas partidárias.	Vários oficiais-generais das FA manifestam ao poder político a necessidade de acabar com a guerra.	
<p><b>Caraterísticas Constantes:</b>  Afastamento dos militares em relação ao poder político vigente. A evolução da situação aproxima os militares da intervenção na condução dos destinos do país.  Descontentamento sobre medidas políticas com impacto na instituição provoca associativismo militar;</p>					
<p><b>Relação com a conjuntura Política, Económica e Social</b>  O afastamento dos militares em relação ao poder político está diretamente relacionado com as opções dos governos nos diferentes períodos. No primeiro período, a condução da política interna em relação à Marinha provocou o afastamento desta instituição. No segundo período, a GG e o tratamento a que os militares foram votados pelo poder político, gerou feridas difíceis de sanar. No terceiro período, foi a insistência do poder político numa solução militar para um conflito que deveria ter solução política.  O associativismo é uma constante comum, mas tem a sua génese em fatores de ordem diferente. Assim, é a conjuntura económica que leva os oficiais do final do século XIX a formarem as cooperativas militares, é a falta de apoio do poder político aos veteranos da GG que conduz à criação da Liga dos Combatentes e é a ingerência do poder político no corporativismo dos oficiais que está na génese do grupo que evoluiu do “movimento dos capitães” para o MFA.</p>					
<p><b>Dedução/ Conclusão</b>  Mais do que fatores económicos ou sociais, foi a forma como o poder político lidou com as FA, nos três períodos, que provocou o progressivo afastamento dos militares, atingindo-se níveis de insubordinação que estiveram patentes nas ruturas que terminaram os regimes. Um dos sintomas do afastamento foi o associativismo militar. Há, portanto, uma relação com as linhas de continuidade nos períodos de decadência em Portugal.</p>					

<b>Indicador RCM2: Relação com a População</b>					
<b>1890-1910</b>	<b>Motivo</b>	<b>1919-1926</b>	<b>Motivo</b>	<b>1968-1974</b>	<b>Motivo</b>
Soldado desprezado pela sociedade	Origem do soldado é da mais baixa condição social	Reforço da confiança da população nas FA	Debilidade das estruturas civis	Tensão entre militares e colonos brancos.	Incompreensão dos colonos em relação à ausência de vitória.
Tensão entre a elite militar e a económico-política	Desentendimento em relação à questão colonial.	Oficiais têm papéis de destaque na vida civil	Formação cultural que lhes permite	Incremento de relações com a Igreja Católica.	Guerra em África.
<p><b>Caraterísticas Constantes:</b>  Não se identificam caraterísticas constantes na relação com a população, sendo que cada período apresenta as suas especificidades.</p>					
<p><b>Relação com a conjuntura Política, Económica e Social</b>  As conjunturas política e social, com maior pendor para a segunda, parecem ser as dimensões que mais influência tiveram na relação das FA com a população. No entanto, cada período apresenta níveis de relacionamento diferentes, assentes na imagem da IM no seio das populações.</p>					
<p><b>Dedução/ Conclusão</b>  Não foi efetuado um estudo comparativo com outros países, mas a ausência de indicações respeitantes a distúrbios ou confrontos significativos entre as FA e a população são um indicador do relativo bom relacionamento com a IM. Isto poderá dever-se ao forte caráter popular das FA portuguesas, onde, ao contrário da maioria dos países europeus, não existe uma “casta” de oficiais de carreira proveniente da nobreza e o caráter de pendor “miliciano” do efetivo militar constitui uma amostra da sociedade.</p>					